

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**AS VÁRIAS FACES DA MÃE CONTEMPORÂNEA**

**Renata Feldman Scheinkman Lemos**

**Belo Horizonte**  
**2013**

**RENATA FELDMAN SCHEINKMAN LEMOS**

**AS VÁRIAS FACES DA MÃE CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Kind

**Belo Horizonte  
2013**

Renata Feldman Scheinkman Lemos

**AS VÁRIAS FACES DA MÃE CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Profa. Dra. Luciana Kind (Orientadora) – PUC Minas

---

Profa. Dra. Dolores Galindo – UFMT

---

Profa. Dra. Kênia Lara Silva – UFMG

Belo Horizonte, 08 de março de 2013.

*Para Sofia, Regina, Sabina, Rosa, Bella e Estela –  
mães de faces ternas, eternas, raízes importantes da minha história.*

*Para minha mãe, por tudo.  
Por florescer em mim seu afeto desde sempre.*

*Para meus filhos, pelos frutos  
que tenho a alegria e emoção de colher a cada dia.*

## AGRADECIMENTOS

Ao André, pelo incentivo amoroso, pela cumplicidade e companheirismo, pelas paisagens inspiradoras e pausas tão bem-vindas. E, acima de tudo, pela parcela especial de responsabilidade na realização da minha maternidade.

Ao meu pai, por abençoar com alegria e carinho cada um dos meus passos.

Às mulheres-mães e não-mães da minha prática clínica, fonte de emoção e inspiração para o meu trabalho.

À Luciana Kind, pela maneira competente, cuidadosa e positiva como acendeu luz no meu caminho.

Às mulheres que gentilmente participaram desta pesquisa, compartilhando suas faces tão diversas e permeadas de sentido.

À Maria Inês Castanha de Queiroz, mestra inspiradora de mais esta travessia.

À amiga Cristiane Fernandes dos Reis Machado, pela ajuda, carinho e torcida.

À Cynthia Rosseti Portela Alves, Cecília Caram e Maria Inês Tavares Pinto pelo apoio e presteza.

À Dra. Diana Macedo Heffner, pela maneira especial de colocar crianças no mundo.

À Gisele Araujo Magalhães, pelo incentivo e pelas trocas sempre tão fecundas.

Aos colegas, professores e funcionários da PUC-MG, por fazerem parte dessa história.

Ao Sítio Paraíso, locus privilegiado de uma produção estimulada por muitos afetos.

À Margaret Cortez, pelos nós desatados com competência e carinho.

Aos meus familiares e amigos, pela sintonia e torcida.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a gestação e nascimento deste trabalho, muito obrigada.

*Não me pergunte quem sou  
e não me diga para permanecer o mesmo.  
(FOUCAULT, 1969/2008).*

## RESUMO

O presente estudo investiga a maternidade contemporânea em uma dimensão plural permeada de expectativas, ambivalências, antagonismos e prescrições de toda ordem. A partir de uma perspectiva ontológica do presente, o foco desta investigação recai sobre os modos de ser mãe na atualidade. Transformações no número de filhos, na vivência profissional, nos avanços tecnológicos são exemplos do que tem possibilitado à maternidade e à paternidade se manifestarem a partir de variados modos de existência. Ao lado da família composta por pai, mãe e filho(s) lança-se luz sobre diferentes arranjos familiares. Esse contexto de profundas transformações se dá em meio à lógica normativa, discursiva e tradicional que também rege a maternidade contemporânea. Diante desse cenário, a presente pesquisa vem perguntar às mulheres em dinâmico processo de construção e reconstrução de sua subjetividade como elas se veem, como se sentem, como percebem suas formas de ser mãe na contemporaneidade. Como embasamento teórico-conceitual, foram realizadas leituras de Michel Foucault e de alguns estudiosos de sua obra para abordar a temática da modernidade; e de Michel Foucault, Nikolas Rose e Francisco Ortega para sustentar discussões sobre os processos de subjetivação; além de Elisabeth Badinter, Michelle Perrot e Henrique Nardi na condução do tema da maternidade. O percurso metodológico baseou-se em uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, realizada através de entrevistas semidirigidas com seis mulheres, sendo cinco mães e uma convicta em não sê-lo. A análise dos dados teve como parâmetro a análise de conteúdo temática. Acredita-se, dessa forma, que o presente estudo possibilitou investigar as singularidades e os modos de existir da maternidade contemporânea, delineando seus processos de subjetivação diante das prescrições, expectativas e discursos que a acompanham.

Palavras-chave: Maternidade Contemporânea. Modernidade. Subjetivação.

## **ABSTRACT**

The present study investigates the contemporary motherhood in a plural dimension permeated with expectations, ambivalence, contradictions and requirements of all kinds. From an ontological perspective of the present, the focus of this research is on the ways of being a mother today. Changes in the number of children, in professional experience, in technological advances are examples of what has made it possible to maternity and paternity manifest from various modes of existence. Besides the family consisting of father, mother and children, light is thrown on different family arrangements. This context of dramatic change occurs in the midst of normative logic, discursive and traditional which also governs contemporary motherhood. Given this scenario, this research comes asking women to dynamic process of construction and reconstruction of their subjectivity as they see themselves, how they feel, how they perceive their ways of being a mother nowadays. As a theoretical-conceptual readings were performed by Michel Foucault and some scholars of his work to address the issue of modernity, and Michel Foucault, Nikolas Rose and Francisco Ortega to hold discussions on the processes of subjectivation; besides Elisabeth Badinter, Michelle Perrot and Henrique Nardi in conducting the theme of motherhood. The methodological approach was based on a field survey of qualitative, semi-structured interviews conducted by six women - five mothers and one of them convinced not to be. The data analysis was to switch to thematic content analysis. It is believed, therefore, that the present study to investigate the possible singularities exist and modes of contemporary motherhood, outlining their processes of subjectivity on the requirements, expectations and discourses that accompany it.

Keywords: Contemporary Parenting. Modernity. Subjectivation.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

QUADRO 1 – Caracterização das entrevistadas .....	58
---	----

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MODERNIDADE E SUBJETIVAÇÃO.....	18
2.1 Tempos modernos.....	18
2.2. Processos de subjetivação .....	23
3 TRANSFORMAÇÕES DA MATERNIDADE.....	35
3.1 A maternidade no contexto histórico .....	36
3.1.1 Contexto europeu.....	37
3.1.2 Mães das montanhas de Minas.....	41
3.2 A maternidade no contexto familiar .....	45
3.3 Maternidades no contexto contemporâneo.....	48
4 FACES POSSÍVEIS.....	57
4.1 Procedimentos de análise.....	59
4.2 A diversidade do olhar feminino diante da maternidade contemporânea.....	60
4.2.1 <i>Culpa</i> .....	61
4.2.2 <i>Dedicação</i> .....	63
4.2.3 <i>Normatividade</i> .....	66
4.2.4 <i>Esgotamento</i> .....	72
4.2.5 <i>Conflitos e Ambivalências</i> .....	76
4.2.6 <i>Transformações</i> .....	84
4.3 Faces que se encontram.....	87
5 CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A.....	96
APÊNDICE B.....	99

*De um filho nasce uma mãe.  
Da mãe nasce a emoção, o padecer,  
a alegria e a preocupação pra vida toda.  
Nasce o colo, o chamego, a mudança de ritmo,  
a ilusão de que se é mulher elástico.  
E nasce angústia quando esse filho cai em febre, cai na vida, cai no chão.  
E nasce tem hora a vontade de voltar pra barriga da mãe,  
já nascida avó faz tempo.  
E nasce cuidado, nasce história, nasce algo  
que as propagandas do Dia das Mães ainda não conseguiram inventar.  
(FELDMAN, 2012).*

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade contemporânea é permeada de expectativas e prescrições de toda ordem, sejam elas médicas, técnicas, políticas, religiosas, pedagógicas e/ou psicológicas. A primeira grande determinação diz respeito à própria decisão de se ter ou não um filho, considerando-se as camadas sociais médias, foco do presente estudo. Durante décadas – e ainda hoje – a figura da mulher é culturalmente vinculada ao papel de mãe, a despeito da contribuição dada pelos movimentos feministas. É como se a decisão de engravidar não precisasse ser pensada pela mulher, pois é tido como natural que isso aconteça e que ela cumpra sua missão biológica. Nesse sentido, o que poderia ser uma escolha torna-se quase que uma “imposição”: ter que engravidar. Em se tratando da mulher contemporânea escolarizada, com um nível qualificado de formação, esta “necessidade” parece ser vivida de maneira conflitante, já que muitas vezes ela adia a maternidade para se dedicar à profissão e acaba travando uma corrida contra o relógio biológico. Apesar de a escolha por não ter filhos ser algo mais explícito nos dias de hoje, muitas mulheres ainda se veem diante da “imposição” da maternidade, implicadas nesta função.

Da prática clínica da pesquisadora, tomemos como breve exemplo Joana, mãe de classe média, de nome fictício e eventos que, embora ficcionais, demonstram percursos corriqueiros na vida de mulheres grávidas. Desde que se deparou com o resultado positivo do Beta HCG, Joana se viu diante de um ciclo de prescrições. Deveria seguir o pré-natal e tomar os cuidados devidos: fazer uso de vitaminas e restringir o uso de alguns medicamentos, se alimentar adequadamente, controlar o peso e a pressão arterial, fazer exames de sangue e ultrassom, e assim por diante. Além das consultas médicas, sentiu-se convocada a incluir na agenda os cursos para casais grávidos, ministrados por uma equipe multidisciplinar: obstetras, pediatras, fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos e odontopediatras. (O que tradicionalmente era transmitido pelas avós, mães, sogras e comadres, como num rito de passagem e tradição, agora é ensinado pelos especialistas em maternagem. “Como lidar com as contrações, como amamentar, como curar o umbigo; como trocar fralda e dar banho; como se prevenir da depressão pós-parto” são alguns dos temas abordados.)

Durante toda a gestação, dois assuntos em particular tornam-se bastante presentes para mulheres grávidas: a importância da amamentação e do parto normal. No consultório do obstetra, nos cartazes afixados nos hospitais e centros de saúde a recomendação do Ministério da Saúde é clara: a mãe deve amamentar seu filho até dois anos de idade ou mais; daí a recomendação de preparar os seios para este momento, seja através das orientações médicas e de enfermagem obstétrica ou das crendices populares. Há também todo um discurso em prol dos benefícios do parto normal<sup>1</sup> para a mãe e o bebê, em contraposição ao parto cirúrgico (cesariana).

Compondo ainda o cenário da gestação, há todo um mercado criado para marcar este período: *book* de fotos, decoração do quarto do bebê, lembrancinhas para a maternidade, instituições especializadas no treinamento de babás e enfermeiras especializadas que empresariam sua expertise para cuidados durante a gestação e o puerpério.

Finda a gestação, os apelos se estendem para o parto e pós-parto. O ideal é que, além de natural, o parto seja filmado e ainda assistido pelos familiares (algumas maternidades dispõem deste “serviço”), dando ao nascimento um cunho de espetacularização. Até receberem alta, se não há complicações no parto, é recomendado que mãe e bebê permaneçam juntos no quarto em tempo integral, o que configura o alojamento conjunto.

Já em casa, às voltas com uma nova rotina, a mãe geralmente é aconselhada a fazer resguardo e quarentena, receber visitas, se preocupar com a volta do corpo, atentar para o risco de uma depressão pós-parto, marcar o batizado e começar a se preparar para a retomada da vida profissional.

Quando nasce o primeiro filho, a sociedade já espera pelo segundo e estranha se porventura vem o terceiro. Antigamente era comum a mulher dar à luz a quatro, sete, dez filhos, mas hoje a realidade é bem diferente. Até os automóveis, apartamentos e quartos de hotéis parecem ratificar isso, sendo desenhados e estruturados para acolher famílias com duas crianças.

---

<sup>1</sup> Apesar de o presente estudo não acentuar o evento específico do parto no processo de maternidade, vale ressaltar os altos investimentos do Programa Rede Cegonha, criado pelo Ministério da Saúde que, entre outras coisas, preconiza e legitima iniciativas para o parto “normal”. (BRASIL, 2011).

Todas estas regras, sugestões e indicações de consumo nascem antes mesmo da gravidez e acompanham as mulheres contemporâneas na construção perene de sua subjetivação materna, através do imperativo da locução verbal “ter que”, com diferentes complementos: ter que engravidar, ter que amamentar, ter que brincar com os filhos, ter que ser ao mesmo tempo mulher, mãe, profissional e dona de casa. E não basta ser tudo isso: é preciso ainda corresponder ao ideal de mãe perfeita, dedicada, heroína, santa, que a cultura ajudou a construir. Impossível desvincular a maternidade do terreno social, fértil em suas pressões, cobranças e expectativas: “(...) a mãe deve ser alegre, feliz, tranqüila, serena, ajustada, sem hostilidades, angústias ou conflitos – conscientes e inconscientes –, atenta às mínimas inquietações que a afligem, para saná-las imediatamente.” (NOVELINO *apud* STASEVSKAS, 1999, p. 06). Estas cobranças decorrem de um certo equívoco em atribuir à mulher, em função dos aspectos biológicos que a tornam mãe, a responsabilidade quase que exclusiva de exercer a maternagem, produzindo identidades pré-fabricadas para o universo feminino. E como se não bastasse “ter que” ser mãe, esta mãe “tem que” ser uma boa mãe para ser feliz e se realizar plenamente. (STASEVSKAS, 1999).

Estas características sugerem uma certa “caricatura” de mãe inspirada em alguns *blogs* e seriados de TV, como *Mothern*, que acabam por tipificar a maternidade atribuindo-lhe um padrão universal e de caráter “fictício”. Se por um lado a intenção da pesquisadora é fugir destas universalizações, por outro faz-se importante reconhecer sua presença no conjunto de artefatos que compõem a maternidade nesses “tempos modernos”.

Diante do descompasso entre o que a sociedade contemporânea espera da maternidade e a forma como esta é efetivamente vivida – permeada de ambivalências, conflitos e antagonismos –, pode-se pensar em formas multifacetadas de subjetivação materna. O que parece emergir são possibilidades múltiplas, montagens de elementos discursivos e não discursivos que compõem os modos de ser mãe na contemporaneidade.

Entre o tempo passado e o tempo abarcado pela modernidade, foram se formando novos processos de subjetivação materna. Transformações no número de filhos, na decisão em tê-los, na representação do filho único (que deixou de ser um tabu para se transformar em uma opção cada vez mais comum). O trabalho exclusivamente doméstico e imerso no cuidado aos filhos deu lugar à busca pelo

mercado de trabalho e à vivência da dupla jornada. Avanços tecnológicos têm possibilitado, através das técnicas de reprodução assistida, que a maternidade e a paternidade possam se exercer, mesmo que de uma maneira não convencional. Ao lado da família composta por pai, mãe e filho(s) nascem novos arranjos familiares configurados por recasamentos, casais homoafetivos, famílias monoparentais, avós que criam filhos dentre possíveis configurações.

Esse contexto de profundas transformações se dá em meio à lógica normativa, discursiva e tradicional que rege a maternidade contemporânea. Diante desse cenário, a presente pesquisa vem perguntar às mulheres em dinâmico processo de construção e reconstrução de sua subjetividade como elas se veem, como se sentem, como percebem suas formas de ser mãe na contemporaneidade.

A pesquisadora, ao longo de sua trajetória de onze anos na Psicologia Clínica, se deparou concretamente com esta questão através de uma escuta humanizada e individual junto a mães, mulheres, gestantes às voltas com a pluralidade afetiva que envolve a maternidade.

Medo, alegria, preocupação, culpa, realização, ansiedade, ternura são alguns sentimentos compartilhados no consultório. Medo de não dar conta, de não engravidar; preocupação exagerada com a saúde e o bem-estar do filho; alegria de cuidar, de se doar, de ver a família crescer; culpa por trabalhar fora e não dispor de tempo para acompanhar de perto a rotina dos filhos; realização e orgulho de se tornar mãe; ansiedade em relação à babá, à escola, à amamentação e às cólicas; ternura pela barriga que cresce, pelo nome escolhido, pelo enxoval cuidadosamente preparado, só para citar os temas mais recorrentes. Muitas vezes o ponto de conflito é o casamento, que se torna frágil depois do nascimento dos filhos devido a diversos fatores: falta de tempo para o casal, interferência das famílias de origem, dificuldades financeiras, diminuição da frequência sexual, desencontro na educação dos filhos.

Este recorte evidenciado na prática profissional impulsionou a pesquisadora a ampliar seu olhar sobre os modos de ser mãe na contemporaneidade, comprometida com a relevância social e acadêmica da presente pesquisa.

O presente trabalho foi dividido em dois capítulos com discussões teórico-conceituais e um de discussão metodológica, contemplando a pesquisa de campo. O primeiro capítulo aborda a temática da modernidade, discutida através do olhar de Michel Foucault e suas ponderações sobre o poder; e Helton Adverse com suas

reflexões sobre a ontologia do presente. O segundo capítulo discorre sobre a maternidade, a partir da visão de autores como Elisabeth Badinter, Michelle Perrot e Henrique Nardi. O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, de natureza qualitativa e metodologicamente assentada sobre entrevistas semidirigidas, realizadas no contato com seis mulheres, sendo cinco mães e uma convicta em não sê-lo. O recorte econômico-social utilizado para compor o grupo de sujeitos envolvidos na pesquisa teve como embasamento a classe média, categoria também presente na práxis profissional da autora. Nesse capítulo são expostas a análise dos dados e a discussão dos resultados, com foco na análise de conteúdo temática da fala dessas mulheres.

*O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão. (ROSA, 2013)*

## 2. MODERNIDADE E SUBJETIVAÇÃO

A começar pelo próprio título – As Várias Faces da Mãe Contemporânea – o presente estudo nos convida a explorar o contexto de modernidade em que se delinea a subjetivação materna. Trata-se de um contexto que não pode ser analisado de forma isolada, vinculada apenas aos tempos atuais, mas integrado a um passado que em muito contribuiu para modular o nosso presente. A questão não se limita apenas a investigar a maternidade em seus processos de subjetivação, mas sobretudo como essa subjetivação vem sendo construída no cenário contemporâneo.

### 2.1 “Tempos modernos”

A modernidade nos remete a uma época marcada pelo progresso, desenvolvimento, evolução, transformação. Os avanços tecnológicos facilitam o acesso à informação, conectam pessoas de forma virtual e acelerada, possibilitam que mulheres engravidem a partir de técnicas de fertilização, só para ilustrar alguns aspectos da atualidade.

Em relação aos séculos passados, o tempo presente se desvela em significativas mudanças que acabam por integrar também a maternidade em um novo panorama.

Mas o que seria este tempo presente? Segundo Foucault (1984/2008), há três formas de conceituá-lo: como um tempo pertencente à determinada época; como anúncio de algo iminente que ainda irá acontecer; e, finalmente, como era de transição que levará a um novo momento, através de um rompimento com a tradição.

A partir da pergunta “O que são as luzes?” (*Was ist Aufklärung?*), respondida por Kant no século XVIII, Foucault (1984/2008) no entanto se depara com uma quarta possibilidade de explicar o presente. Através de um fecundo diálogo com Kant, ele descreve o tempo presente como algo que se diferencia do passado e nos liberta do nosso estado de menoridade. Esse estado de menoridade, colocado em discussão por Kant, é caracterizado por Foucault da seguinte forma:

... um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão. Kant dá três exemplos: estamos no estado de menoridade quando um livro toma o lugar do entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, quando um médico decide em nosso lugar a nossa dieta... (FOUCAULT, 1984/2008, p. 337).

Segundo Foucault (1984/2008), fica claro pelo texto de Kant que essa menoridade é de responsabilidade do próprio homem. Para transcender a um estado de maioridade, deve o mesmo realizar mudanças neste sentido. Embora este seja um processo individual, é vivido no coletivo. E requer coragem, como explica Foucault em franco diálogo com Kant:

De uma maneira significativa, Kant diz que essa *Aufklärung* tem uma “divisa” (*Wahlspruch*): ora, a divisa é um traço distintivo através do qual alguém se faz reconhecer; é também uma palavra de ordem que damos a nós mesmos e que propomos aos outros. E qual é essa palavra de ordem? *Aude saper*, “tenha coragem, a audácia de saber”. (FOUCAULT, 1984/2008, p. 338).

Foucault aponta uma correlação existente entre a obediência e a menoridade, descrevendo a lógica kantiana: ser menor significa seguir o imperativo da obediência sem raciocinar sobre o que se está obedecendo. Pertencer à maioridade, por sua vez, não significa cessar a obediência, mas raciocinar à medida em que se obedece.

Foucault (1984/2008) tem dúvidas quanto à possibilidade de conquistarmos nossa maioridade. Mas a ideia de conquistarmos uma atitude, uma ontologia crítica de nós mesmos, já nos move em direção a algum lugar. É dessa maneira que o filósofo enxerga a atualidade: mais do que uma época fixada no calendário, delimitada por uma pré-modernidade que a precede e uma pós-modernidade que lhe dá sequência de forma impactante, a modernidade é reconhecida como uma atitude, muito mais que um período histórico:

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *éthos*. (FOUCAULT, 1984/2008, p. 341)

Foucault evoca Baudelaire para ratificar a ideia de atitude relacionada à modernidade:

... para Baudelaire, a modernidade não é simplesmente forma de relação com o presente; é também um modo de relação que é preciso estabelecer consigo mesmo. A atitude voluntária de modernidade está ligada a um ascetismo indispensável. Ser moderno não é aceitar a si mesmo tal como se é no fluxo dos momentos que passam; é tomar a si mesmo como objeto de uma elaboração complexa e dura (...) O homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida; ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo. (FOUCAULT, 1984/2008, p. 344)

Através de Kant e Baudelaire, Foucault (1984/2008) é instigado a pensar na atualidade como algo que nos determina, acionando em nós uma atitude, um *éthos* filosófico que vem atuar como crítica permanente de nós mesmos enquanto sujeitos históricos e livres. Dessa forma, ele afirma que o homem vive o presente através de uma ontologia histórica de si mesmo, constituindo-se como sujeito de saber, poder e ética.

Adverse (2010), ao comentar Foucault e a ontologia do presente tomando como partida o Esclarecimento (*Aufklärung*) de Kant, ressalta a importância da autonomia como algo pertencente ao homem, de sua inteira responsabilidade. Especialmente porque a natureza não opõe nenhum obstáculo à conquista dessa autonomia, a responsabilidade do homem aumenta no sentido de conquistá-la e preservá-la.

Segundo Adverse (2010), este é o tema sobre o qual se debruçou Foucault nos últimos anos de sua vida: a constituição autônoma de si como sujeito moral, calcada na crítica como atitude. O artigo de Kant, através de sua *Aufklärung*, levou Foucault a pensar em uma “atitude de modernidade” (ADVERSE, 2010, p. 140), designada por ele de um *éthos* filosófico. Uma atitude que resultaria de um tensionamento entre o que o sujeito é e o tempo em que ele vive. Através do Esclarecimento proposto por Kant, Foucault percebe o homem moderno em um movimento ambivalente de recuo e ultrapassagem. Adverse (2010) diz ser esta a responsável pela formação de novas formas de subjetividade: a capacidade de ultrapassar, romper limites. Essa ideia de romper limites tira o sujeito de um lugar fixo, apoiado também em verdades fixas e universais, mas singularizando-o a partir de uma perspectiva ontológica do presente. Nas palavras de Adverse (2010, p. 146), “... Foucault não deseja impor qualquer projeto global de constituição de si, mas sim fomentar aquelas práticas em que o ganho de autonomia seja evidente.” A modernidade se mostra paradoxal, segundo o autor. Busca liberdade e autonomia

mas se depara com “um espantoso crescimento das tecnologias de poder (disciplinar, governamental) e de controle que abalam seriamente seu projeto de emancipação.” (ADVERSE, 2010, p. 146).

Para Foucault (1995), o entendimento da vida contemporânea perpassa fortemente a questão do poder, girando em torno do que o legitima e do que o institucionaliza, ou seja, de que constitui o papel do Estado. Pensar o presente é perceber uma nova economia de relações de poder regida empiricamente pelo antagonismo do poder versus resistência, através de uma dinâmica contraposição de estratégias. É o que explica Foucault (1995, p. 234): “Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade.”

Na concepção foucaultiana, é preciso descortinar as formas de resistência para se compreender as relações de poder. A título de exemplificação, o filósofo cita oposições clássicas ocorridas nos últimos tempos: “oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, da psiquiatria sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas.” (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Como será detalhado adiante, essas oposições – verdadeiras lutas contemporâneas – se apresentam diretamente nos processos de subjetivação. O objetivo destas lutas não é atingir determinados grupos, instituições, classes ou elites ligados ao poder, mas sim uma forma ou técnica de poder, de acordo com Foucault (1995). Esta técnica de poder, de cunho individualizante, tem origem na antiguidade com as instituições cristãs, podendo ser denominada de poder pastoral. Desde o século XVIII, este poder foi sendo consolidado pelo Estado moderno de forma sofisticada, integrando os indivíduos a partir de suas premissas, paradigmas e expectativas. Se antes o poder pastoral consistia em salvar o homem para entrada em outro mundo, hoje o foco é garantir sua existência neste mundo. É o que explica Foucault (1995, p. 238): “E, neste contexto, a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes.” O poder pastoral moderno, calcado nesta ideia de salvação, pode nos conduzir a pensar nas lutas de poder que estão envolvidas no processo de tornar-se mãe e nos jogos de verdade que entram em cena.

Da esfera religiosa o poder pastoral passou a habitar a esfera social, fazendo-se reverberar em um incontável número de instituições. O poder se faz presente na maternidade, na família, na medicina, na educação e nas relações de trabalho, sendo sustentado pelo “Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral.” (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Assim sendo, o poder se faz presente na vida contemporânea, contornando de forma segmentada e processual a racionalização sociocultural a partir de experiências tidas como fundamentais para Foucault (1995): loucura, sexualidade, doença, crime, morte, etc. E como as experiências humanas traduzem relações interpessoais, é nelas que o poder se revela, seja em um sentido individual ou coletivo. Proveniente das leis, instituições ou ideologias, o poder pressupõe alteridade e também liberdade. Diante do poder, o homem conduz sua vida, suas ações, reações e idiosincrasias sustentado pela liberdade que o move. Segundo Foucault (1995), o poder não exclui a liberdade nem vice-versa; a liberdade é condição *sine qua non* para que o poder seja exercido em sua plenitude.

Para pensar o presente com todas as suas relações de poder, formas de resistência e liberdade, Foucault (1971/2012) coloca em discussão a genealogia e a história em Nietzsche. O filósofo nos convida a delinear a ideia de origem, através da imagem de um tronco que propicia a um grupo a sensação de pertencimento configurada por elementos como raça, sangue, tradição. Ressalta, entretanto, que muito mais do que semelhanças e características comuns esse tronco traz singularidades múltiplas e complexas. Segundo Foucault,

Não se trata de modo algum de reencontrar em um indivíduo, em uma idéia ou um sentimento as características gerais que permitem assimilá-los a outros – e de dizer: isto é grego ou isto é inglês; mas de descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes. (FOUCAULT, 1971/2012, p. 14)

A modernidade contempla o passado, e contemplar o passado significa, em um viés genealógico, considerar a força e a conjunção dos acontecimentos (FOUCAULT, 1971/2012). Ontem e hoje se misturam e ao mesmo tempo se localizam no tempo de forma descontínua, diferenciada. Nas palavras de Foucault,

Seguir o filão complexo da proveniência é (...) manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (FOUCAULT, 1971/2012, p. 14).

É com certo pessimismo que Foucault (1971/2012) faz sua leitura da proveniência, classificando de perigosa a herança que ela nos traz. Diferentemente de Nietzsche, Foucault não a enxerga como aquisição da qual se deve orgulhar ou bem acumulável sujeito a consolidar-se. Para ele, o passado carrega fendas que comprometem o tempo presente, atuando inclusive como uma ameaça para este. Ao invés de oferecer sustentação, gera instabilidade e fragmentação.

Por outro lado, a ideia de proveniência certamente influenciou Foucault nos seus estudos sobre biopoder, à medida que o indivíduo – a partir de suas características biológicas atreladas a necessidades de higiene, alimentação, sexo e reprodução – passou a ser vinculado a estratégias políticas de controle e poder, segundo Revel (2011). De acordo com Adverse (2010, p. 15), o biopoder surge como “um conjunto de procedimentos que visam assegurar um controle sobre a população, tomando-a como um fenômeno natural sujeito a regras cognoscíveis e suscetível à regulação.”

## **2.2 Processos de subjetivação**

Durante anos, Foucault (1984/2003a) concentrou seus estudos nos chamados “jogos de verdade”, buscando investigar a constituição histórica do sujeito enquanto experiência, transitando entre os campos do saber, da normatividade e da subjetividade. Seu foco de interesse era acessar de que forma o sujeito entra nos jogos de verdade, percebendo que esta relação é estabelecida através de uma prática de si. (FOUCAULT, 1984/2004). Estas eram as indagações do filósofo a esse respeito:

Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo? (1984/2003a, p. 12)

Este movimento de reflexão, de exercitar o pensamento acerca de si, constitui o que Foucault denominou de “ascese”, “experiência modificadora de si no jogo da verdade” (1984/2003a, p. 13). Segundo o autor (FOUCAULT, 1984/2004), não se trata de renunciar a si mesmo, mas ao contrário elaborar-se a si mesmo, em um processo que envolve contínua transformação, práticas de liberdade e apreensão de determinado modo de ser.

Ao problematizar a si mesmo e o mundo que habita, o homem se submete a um conjunto de práticas denominada de “artes da existência”. Nas palavras de Foucault, estas seriam:

... práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1984/2003a, p.15)

Segundo Foucault (1984/2004), essas práticas não são de autoria do homem, mas colhidas por ele através da cultura. Importante ressaltar que elas perderam força e autonomia com o advento do cristianismo e do poder pastoral e, mais tarde, com as práticas médicas, psicológicas e educativas (FOUCAULT, 1984/2003a, p. 15).

Pensar nos jogos de verdade enquanto caminho de constituição do sujeito é também pensar nas relações de poder que permeiam a vida dos homens, seja em um nível amoroso, político, familiar, econômico, sexual. E isso também implica pensar na condição *sine qua non* para que o poder exista: a liberdade.

A relação entre liberdade e poder é fundamentada por Foucault (1984/2003a) através da virtude da temperança e seu vínculo com a verdade, o que funda toda uma estética da existência. A temperança, apesar de toda a serenidade que a inspira, tem um caráter de virilidade próprio do sexo masculino e também do feminino quando pensamos na sua função procriadora.

Pensar os modos de existência materna na contemporaneidade e todas as suas transformações implica pensar o sujeito e suas formas de se colocar no mundo. Para Rose (2001), esta análise transcende a ideia de interioridade e singularidade associadas ao *eu* e ganha uma dimensão de pluralidade e diversidade socialmente construída, explicada de forma contundente pelo autor:

A ideia de “eu” entrou em uma crise que pode muito bem ser irreversível. Os teóricos sociais têm escrito inúmeros obituários da imagem de ser humano que animou nossas filosofias e nossas éticas por tanto tempo: o sujeito universal, estável, unificado, totalizado, individualizado, interiorizado. [...] essa “morte do sujeito” é, ela própria, um evento histórico real: o indivíduo ao qual essa imagem de sujeito correspondia surgiu apenas recentemente, em uma zona limitada de tempo-espaço, tendo sigo, agora, varrido pela mudança cultural. No lugar do eu, proliferam novas imagens de subjetividade: como socialmente construída; como dialógica; como inscrita na superfície do corpo; como especializada, descentrada, múltipla, nômade; como o resultado de práticas episódicas de auto-exposição, em locais e épocas particulares. (ROSE, 2001, p. 137)

No entanto, apesar dessa dimensão de pluralidade ser legitimada e apropriada pelos teóricos sociais, como menciona Rose (2001), é possível perceber algumas práticas regulatórias que ainda definem os indivíduos como se fossem especificidades categorizadas como certos *eus* – o “eu-mãe”, o “eu-pai”, “eu-filho”, “eu-profissional”, “eu-mulher”, só para citar alguns exemplos. Assim argumenta Rose:

Na vida política, no trabalho, nos arranjos domésticos e conjugais, no consumo, no mercado, na publicidade, na televisão e no cinema, no complexo jurídico e nas práticas da polícia, nos aparatos da medicina e da saúde, os seres humanos são interpelados, representados e influenciados como se fossem *eus* de um tipo particular: imbuídos de uma subjetividade individualizada, motivados por ansiedades e aspirações a respeito de sua auto-realização, comprometidos a encontrar suas verdadeiras identidades e a maximizar a autêntica expressão dessas identidades em seus estilos de vida. (ROSE, 2001, p.137-138).

Em evidência na mídia, nas diversas possibilidades terapêuticas e na voz dos especialistas, a psique ganha respaldo e causa identificação: os seres humanos se reconhecem na problemática do *eu* e acabam integrando esse movimento. Parece haver um movimento de “psicologização” em convergência com o questionamento de Rose (2001) sobre o que nos tornamos: “sujeitos psicológicos?” (p. 138), a despeito de toda a fundamentação crítico-teórico-filosófica existente.

Ao discorrer sobre a pluralidade que abarca todos nós, Rose também alinha sua reflexão ao pensamento de Deleuze e Guattari acerca da multiplicidade humana, em que predominam justamente formas não-subjetivadas de existência. Fluida e dinâmica é sua definição de subjetivação:

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar - ou operam para transformar - o ser humano em variadas

formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das políticas de outros sobre eles. (ROSE, 2001, p. 139).

Em consonância com o pensamento deleuziano, Rose (2001) pondera que a subjetividade deve se pautar muito mais sobre o que o indivíduo pode fazer do que sobre o que é. E o que ele faz – consigo mesmo e diante do outro – está imbricado em um complexo sistema de agenciamentos. São as relações, forças, práticas e conexões do indivíduo que dão o tom da sua subjetividade. Portanto, subjetividade não ser reduz nem, por um lado, à interioridade psicológica, nem, por outro, à exterioridade social, marcada pela contraposição da cultura versus natureza.

Embora não possa ser considerada como um processo puramente linguístico, a subjetividade tem uma relação estreita com este processo. Rose (2001) concorda com Deleuze e Guattari no que concerne ao sistema de signos que compõe a subjetividade, sendo esta atrelada ao que os dois filósofos denominaram de um “agenciamento de enunciação”, a partir das “modalidades enunciativas” propostas por Foucault em *A arqueologia do saber*. (ROSE, 2001, p. 143). Essas “modalidades enunciativas” podem ser descritas como as diversas formas que a linguagem assume nos variados contextos concernentes ao tempo e ao espaço, incorporando através da fala “práticas discursivas” configuradas em uma ampla estrutura de agenciamentos.

Considerando a importância da linguagem, Rose (2001) discorre sobre a ideia de narrativa, compreendendo que o *eu* pode vir das histórias que são compartilhadas com o outro e consigo, fundamentando a explicação de diversas posições teórico-conceituais acerca da subjetividade:

... falar sobre o eu é tanto constitutivo das formas de autoconsciência e de autocompreensão que os seres humanos adquirem e exibem em suas próprias vidas quanto é constitutivo das próprias práticas sociais, na medida em que essas práticas não podem ser levadas a efeito sem certas autocompreensões... (ROSE, 2001, p.144)

As múltiplas possibilidades narrativas abrem espaço para pensarmos as múltiplas possibilidades do *eu*, que se constituem à medida que o sujeito vai dando forma e coerência à sua história, acompanhando o argumento de Rose (2001). O autor percebe, no entanto, que estas análises têm dado um foco maior ao aspecto comunicacional da linguagem – o que a linguagem significa – do que ao aspecto

agenciador – o que a linguagem realiza em suas diversas conexões. Exemplificando, Rose (2001, p.149) menciona “os sexos com seus gestos, formas de andar, de vestir, de sonhar, de desejar; as famílias com suas mães, seus papais, seus bebês, suas necessidades e suas decepções; as máquinas de curar com seus médicos e pacientes...”

Ao se conectar, o sujeito se transforma, expande suas conexões e, a partir das contínuas transformações por que passa, ele se constitui (ROSE, 2001). Nesse processo heterogêneo de agenciamento de sujeitos, a memória configura elemento importante que permeia e adentra o *eu* nas suas lembranças, histórias, vivências e conexões, sendo ela própria agenciada. É o que afirma Rose

A memória que temos de nós próprios como um ser com uma biografia psicológica, uma linha de desenvolvimento da emoção, do intelecto, da vontade, do desejo, é produzida por meio dos álbuns de fotografia de família, a repetição ritual de estórias, o dossiê real ou "virtual" dos boletins escolares, a acumulação de artefatos e a imagem, o sentido e o valor que lhes são vinculados. (ROSE, 2001, p. 151):

O aspecto mnemônico vinculado a este contexto de agenciamentos reforça a ideia de que a subjetivação não é resultado nem da psique nem da linguagem, mas de uma complexa rede de “corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições, práticas”, como explica Rose (2001, p. 160). Dessa forma, a subjetivação não se atém ao que o indivíduo significa – seu corpo, sua mente, sua alma, sua psique e essência – e sim ao que o indivíduo realiza através de suas conexões, denotando uma concepção dinâmica e transformadora da constituição do eu, que não pode ser desprezada.

Mas nesse ponto não podemos nos abster de pensar a corporeidade e tudo o que ela significa para o *eu* no seu processo de formação, conforme constata Rose:

[...] embora aceitando que a corporeidade não dá qualquer forma essencial ou estável à subjetividade, como poderíamos negar a asserção dessas análises de que é sobre esse material bruto do “corpo” que a cultura trabalha sua constituição da subjetividade? Embora abjurando todas as formas de essencialismo, como poderíamos discordar da asserção de que as formas da subjetividade são irrecuperavelmente marcadas pela facticidade biológica de corpos sexuais, de corpos infantis que são incapazes de automanutenção, de todos os corpos que comem, bebem, copulam, defecam, deterioram e morrem? [...] (ROSE, 2001, p. 161)

Mesmo resignando-se a ponderar a relevância da corporeidade, Rose encontra, contudo, uma outra saída para reforçar os múltiplos agenciamentos que permeiam a constituição do eu, transcendendo novamente a questão corporal:

Mas o “corpo” é, ele próprio, um fenômeno histórico. [...] Abandonemos, pois, esse “carnalismo” do corpo de uma vez por todas. O corpo é muito menos unificado, muito menos “material” do que costumamos pensar. É possível, pois, que não exista esse coisa de “o corpo”: um envelope limitado que pode ser revelado para conter no seu interior uma profundidade e um conjunto de operações que funcionem à maneira de uma lei. Deveríamos estar preocupados não com corpos, mas com as ligações estabelecidas entre superfícies, forças e energias particulares. (ROSE, 2001, p. 161-162)

Dentre as dicotomias que perfazem os agenciamentos de subjetivação na contemporaneidade, tais como corpo/prazer, carne/desejo, sobressai a conjugação eu/realização. De acordo com Rose (2001, p.164), “passamos a ser habitados por ontologias psi, por uma inescapável interioridade que escava, nas profundezas do humano, um universo psíquico com uma topografia que tem suas próprias características.” Essas ontologias são atravessadas por dinâmicos processos emocionais que por sua vez atravessam o corpo e são continuamente atravessados por ele. Autoestima, estresse, ansiedade, desejo, frustração, fobias e tantas outras temáticas humanas da contemporaneidade reverberam no corpóreo, materializando doenças, transtornos alimentares, obsessão por uma estética e culto ao corpo. (ROSE, 2001).

Taussig citado por Rose (2001) revela a dimensão mimética ativada pelas conexões estabelecidas entre a constituição do sujeito e as ontologias psi, resultando em um “devir colocado em ação na contínua interação entre a cópia e aquilo que é copiado.” (TAUSSIG apud Rose, 2001, p. 165). A título de exemplificação, Rose afirma que:

[...] a dimensão mimética das disciplinas psi pode ser vista em aparatos tais como manuais de auto-ajuda centrados no auto-aperfeiçoamento, na auto-estima e no autoprogresso; nos padrões psi forçados a se tornarem visíveis em todas as sessões que se passam nos diversos tipos de consultórios; nos modelos e simulacros de eus desejáveis que servem como espelhos para reativar e refletir de volta fabricações de subjetividade às quais se pode aspirar; as imagens do eu normal – a criança normal, a mãe normal, a garota normal, o adolescente normal, o paciente normal, o trabalhador ou o gerente normal – desenvolvidas em toda e qualquer prática imaginável [...]; (ROSE, 2001, p. 165)

Nesse sentido, Rose (2001) nos leva a perceber que “a exigência para que a gente seja um certo tipo de eu é sempre conduzida por meio de operações que distinguem ao mesmo tempo que identificam” (p. 165), trazendo à tona uma dicotomia conflitante com a proposta de pluralidade apresentada pelos teóricos sociais. É como se o *eu* estático e singular, outrora extinto, ressurgisse em meio à exigência de pertencer a um polo ou outro, conforme explicita Rose:

Para ser o eu que a *gente* é, a *gente* não deve ser o eu que a *gente* não é - não *aquela* alma desprezada, rejeitada ou abjeta. Assim, o tornar-se eu é um copiar recorrente que tanto emula outros enquanto difere deles. Hoje, as características pertinentes da mimese e da alteridade são estabelecidas nos vetores dos estilos-de-vida, das sexualidades, das personalidades, das aspirações. (ROSE, 2001, p.165, grifos do autor).

O binômio eu/realização envolve, assim, a relação com o outro, diante de uma alteridade que inspira e também confronta. O que nos move e nos impulsiona a realizar algo é revestido de uma esperança nomeada por Rose (2001) de “liberdade”. Não no sentido de uma libertação do mundo ou dos laços de servidão e sujeição, mas uma liberdade no sentido de atribuir valor à própria vida em “termos políticos (liberdade para escolher) e psicológicos (livres para escolher em nome de nós mesmos e não em nome de nossa subordinação à autoridade de um outro...)”, como afirma Rose (2001, p. 167). Foucault (1984/2004) reconhece a dimensão política da liberdade vinculando-a a uma conjunção dialógica de termos importantes: ética, cuidado de si, relações de poder e jogos de verdade, estes dois últimos abordados no item 2.1.

Para Foucault, a ética é inerente à liberdade. Tomando suas próprias palavras, “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade.” (FOUCAULT, 1984/2004, p. 267). Voltando à Grécia Antiga, o autor deixa clara essa relação:

Os gregos problematizavam efetivamente sua liberdade e a liberdade do indivíduo, como um problema ético. Mas ético no sentido de que os gregos podiam entendê-lo: o êthos era a maneira de ser e a maneira de se conduzir. Era um modo de ser do sujeito e uma certa maneira de fazer, visível para os outros. O êthos de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos etc. Esta é para eles a forma concreta de liberdade; assim eles problematizavam sua liberdade. O homem que tem um belo êthos, que pode ser admirado e citado como exemplo, é alguém que pratica a liberdade de uma certa maneira. Não acredito que haja

necessidade de uma conversão para que a liberdade seja pensada como êthos. Mas, para que essa prática da liberdade tome forma em um êthos que seja bom, belo, honroso, respeitável, memorável e que possa servir de exemplo, é preciso todo um trabalho de si sobre si mesmo. (FOUCAULT, 1984/2004, p. 270).

Nesse ponto, Foucault refere-se à importância de cuidar de si, que está intrinsecamente relacionado a conhecer-se a si mesmo. Por sua vez, este processo abrange também “o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade.” (FOUCAULT, 1984/2004, p. 269). Esse atrelamento nos remete à Rose (2001) e à “invenção dos nossos eus”, cada vez mais calcada nas verdades e prescrições advindas das modernas ontologias psi.

Ao se deter sobre o “modo pelo qual um ser humano torna-se um sujeito”, Foucault (1995, p. 232) percorre as relações de poder e as várias possibilidades de oposição e resistência concernentes ao tema. Uma de suas exemplificações lembra a já mencionada questão dicotômica refletida por Rose (2001) acerca da contraposição do sujeito singular e plural:

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. (FOUCAULT, 1995, p. 234-235).

Ser livre, portanto, não significa para Foucault (1984/2003a) conquistar a independência de um livre arbítrio. Significa opor-se à escravidão de si sem ainda se prender a isso, mas sendo capaz de exercer o poder diante dele próprio e do outro. Em consonância ao que postula Rose (2001), seria usufruir de sua liberdade de escolha sem perder de vista a autoridade sobre si. Ou, como discorre Foucault (1984/2004, p. 270), “ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, chamada de arché – poder, comando.”

Diante da liberdade ou “escravidão”, dos ideais de autonomia e realização, o indivíduo mergulha na relação consigo, avaliando constantemente suas experiências, sentimentos, posturas e emoções. É na relação do sujeito consigo mesmo – especialmente através do preceito do cuidado de si – que Foucault (1984/

2003 a,b; 1981-1982, 2006) pauta sua reflexão para pensar a subjetividade. Apesar do pronome reflexivo *si*, indicativo de um movimento de introspecção e individualidade voltado para o *eu*, o cuidado de si abarca toda uma relação com a alteridade, o que condiz com a opinião de Rose (2001) acerca do binômio eu/realização. Nas palavras de Foucault (1984/2003b, p. 57), “tem-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social. E isso, em vários sentidos.”

O cuidado de si remonta à antiguidade, como importante valor socrático, e se faz presente na contemporaneidade, vivo no olhar de Foucault: “Sócrates é sempre, essencial e fundamentalmente, aquele que interpelava os jovens na rua e lhes dizia: ‘É preciso que cuidei de vós mesmos.’” (FOUCAULT, 1981-1982/2006, p. 11). Durante séculos essa necessidade primordial apontada por Sócrates foi acolhida com seriedade e respeito; na modernidade, contudo, o cuidado de si é muitas vezes interpretado como atitude egoísta, segundo Foucault (1981-1982/2006). Essa percepção é expressa na seguinte fala do autor:

O cuidado de si se tornou alguma coisa um tanto suspeita. Ocupar-se de si foi, a partir de um certo momento, denunciado de boa vontade como uma forma de amor a si próprio, uma forma de egoísmo ou de interesse individual em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou como necessário sacrifício de si mesmo. (FOUCAULT, 1984/2004, p. 268).

Mas para o filósofo, cuidar de si está longe de ser uma atitude egoísta. O preceito revela-se em uma forma de se conduzir na vida: nas atitudes, posturas, comportamentos, maneiras de agir e se relacionar com o outro; tudo o que pressupõe, ao contrário de individualidade, alteridade. Nas palavras do filósofo, “O cuidado de si – ou os cuidados que se tem com o cuidado que os outros devem ter consigo mesmos – aparece então como uma intensificação das relações sociais.” (FOUCAULT, 1984/2003b, p. 58).

Ao cuidar de si, o sujeito assume uma postura diante de si mesmo, do outro e do mundo. E passa a exercer na prática “um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro.” (FOUCAULT, 1981-1982/2006, p. 14). Este modo foucaultiano de encarar as coisas diz respeito também ao olhar de cada um sobre a sua própria existência e mundo ao qual

pertence. Acompanhando o raciocínio de Foucault, percebemos aqui também sua oposição em relação aos movimentos de interiorização do sujeito:

Cuidar de si mesmo implica que se converta o olhar, que se o conduza do exterior para... eu ia dizer "o interior"; deixemos de lado esta palavra (que, como sabemos, coloca muitos problemas) e digamos simplesmente que é preciso converter o olhar, do exterior, dos outros, do mundo, etc. para "si mesmo" . O cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento. Há um parentesco da palavra *epiméleia* com *meléte*, que quer dizer, ao mesmo tempo, exercício e meditação [...]. (FOUCAULT, 1981-1982/2006).

Ao analisar a cultura de si em um viés foucaultiano, Ortega (2010) recorre a uma concepção agonística da intersubjetividade, que compreende as seguintes características da subjetividade: extroversão, consciência voltada para o exterior e reflexividade de si – um movimento de desprendimento em relação a si próprio. Para Ortega (2010), relacionar-se com o outro – premissa importante do cuidado de si – significa muito mais uma relação de transformação do que comunicação. E é aí que se dá a intersubjetividade.

Percorrendo a ética antiga, Ortega (2010) percebe uma perda de autonomia do cuidado de si perante o movimento pastoral, o que é explicado da seguinte forma: “[a] relação entre dois sujeitos, na qual cada um participava, mediante o cuidado de si, do cuidado do outro, transforma-se em uma relação onde o pastor, como diretor das almas, tem como tarefa a administração do cuidado.” (ORTEGA, 2010, p. 2) Da antiguidade para a modernidade, pode-se perceber que esta perda de autonomia do cuidado de si permanece, só que relacionada a um outro tipo de movimento pastoral: o governamental, das práticas regulatórias e imposições as mais diversas. A alteridade permeia a todo instante a construção do cuidado de si. Ortega (2010), apoiado no pensamento foucaultiano, afirma que a qualidade do relacionamento consigo mesmo depende necessariamente da presença do outro. É do vínculo intersubjetivo, em um contexto agonístico, que se fortalece o preceito do cuidado de si, possibilitando a constituição do sujeito ético.

Segundo Ortega (2010), a intersubjetividade é construída a partir do diálogo filosófico que suscita transformações e conduz à compreensão e ao significado de si mesmo. A relação consigo mesmo só acontece efetivamente em um contexto de intersubjetividade. Por outro lado, este contexto precisa do cuidado de si – através

do cuidado do outro – para acontecer. Há, portanto, uma reciprocidade e codependência em ambos os processos.

Diante das tantas transformações que atravessaram a maternidade ao longo dos séculos, cabe nos perguntar como as mães da atualidade vivem esse tempo presente. O capítulo seguinte se dedica a colocar esse questionamento em discussão.

*Mães dedicadas ajudam no para casa.  
Mães que fazem o possível não dão conta do seu próprio para casa.  
(GUERRA, 2011).*

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES DA MATERNIDADE

A subjetivação materna é calcada em uma esfera de pluralidade que nos convida a pensar não em um modo único de ser mãe, mas nas suas várias facetas, nas formas diversificadas de ser mãe na contemporaneidade. Estas singularidades, no entanto, esbarram a todo o tempo em um conceito supervalorizado, poder-se-ia dizer endeusado, da própria maternidade. O Dia das Mães foi criado nos Estados Unidos em 1920 e até hoje se sustenta como data comemorativa das mais importantes para a indústria, o comércio e o marketing. No olhar de Perrot (2008, p. 68), “[a] sociedade ocidental promove a assunção da maternidade.” Esta é revestida de um amor sagrado, impregnado de força e mitificação. Segundo Zola citada por Perrot (2008, p. 68), “[a] mãe deveria ser nossa religião”. Para as mulheres que se veem diante desse papel, a maternidade “é uma fonte da identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida.”

(PERROT, 2008, p. 68).

A historiadora francesa ressalta o cunho social e politizado da maternidade. Enquanto a mulher detém o corpo que procria, o Estado detém formas de controle da natalidade, o que transcende o caráter biológico da função materna:

Um dos traços mais marcantes da época contemporânea reside na politização da maternidade, tanto nos Estados totalitários quanto na República. [...] Como a função materna é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social. A política investe no corpo da mãe e faz do controle da natalidade uma questão em evidência. (PERROT, 2008, p. 69)

Ter ou não ter filhos coloca em cena uma decisão crucial que Perrot (2008) ironiza na alusão à passagem bíblica da anunciação. A historiadora argumenta que há uma transição paulatina entre tomar o ser mãe como uma fatalidade, para algo que se caracteriza melhor como uma situação de escolha. Nas palavras de Perrot,

A mensagem do anjo Gabriel é válida para todas as mulheres que passam, todas ou quase todas, pela anunciação, desejada ou temida, da maternidade próxima. O que era uma fatalidade tornou-se uma escolha. E uma escolha das mulheres, também: o que constitui uma revolução. (PERROT, 2008, p. 69).

Apesar de configurar uma escolha e uma vivência subjetiva, singular para cada mulher, a maternidade está sujeitada a determinados padrões que a normatizam. Essa é a tese de Moreira e Nardi (2009), que se baseiam em Foucault – especialmente através de sua perspectiva genealógica – para pensar a “norma” da maternidade contemporânea delineada através de alguns enunciados como “Mãe é tudo igual, só muda de endereço”. A contemporaneidade a que se dá relevo neste trabalho não está apenas vinculada ao tempo presente, mas acima de tudo a um conceito de proveniência que o liga ao passado.

Segundo Moreira e Nardi (2009), a norma que permeia a maternidade contemporânea em sua realidade multiforme está calcada na teoria da sexualidade proposta por Foucault:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (MOREIRA; NARDI, 2009, p. 2-3)

De forma plural e complexa, a maternidade vai se historicizando, se transformando, revelando suas múltiplas faces em meio aos diversos cenários que compõem sua subjetividade. É o que será desvelado no presente capítulo, enfatizando-se os aspectos histórico, familiar e contemporâneo que regem o tema.

### **3.1 A maternidade no contexto histórico**

Pensar as singularidades e modos de existir da maternidade contemporânea pressupõe contemplar a dinâmica de profundas transformações ocorridas ao longo dos séculos, envolvendo a mulher, o casamento, a família e as formas de subjetivação materna em si. Estas transformações foram objeto de análise de estudiosas comprometidas em investigar a maternidade no contexto histórico europeu, especialmente na França, entre os séculos XVII e XVIII, surgindo como referência importante ao presente estudo (BADINTER, 1985, 2011; COLLIN; LABORIE, 2009). Para compreender em profundidade as transformações da maternidade no Brasil, especificamente Minas Gerais, voltamos ao século XVIII, era

do ouro nas montanhas de Minas, revisitando os modos de ser mãe e mulher no Brasil colonial (FIGUEIREDO, 2007; VENÂNCIO, 2007).

### **3.1.1 Contexto europeu**

O *Dicionário Crítico do Feminismo* apresenta, em um viés francês, a temática da maternidade como uma construção histórico-social, destacando a controvérsia acerca do amor materno nos séculos XVII e XVIII (COLLIN; LABORIE, 2009). Naquela época, era uma prática comum à mãe entregar o filho aos cuidados das amas de leite (comum, à princípio, às classes aristocrata e burguesa, e posteriormente a todas as camadas sociais urbanas). Ao transferir esta função para outras mulheres, apesar do alto índice de mortalidade infantil que isso representava, interpretava-se que a mãe revelava indiferença em relação ao filho, justificada por uma necessidade de priorizar sua liberdade (BADINTER, 1985). Para outras autoras como Fouquet e Knibielher citadas por Collin e Laborie (2009), não se tratava de desamor ou falta de interesse pela criança, mas necessidade de trabalhar mesclada à possibilidade de pagar uma ama de leite. Apropriando-se das palavras de Collin e Laborie, podemos confirmar o contexto socioeconômico que permeava esta questão:

[...] o envio das crianças à ama de leite teve a ver com o fato de mulheres ricas poderem pagar ou daquelas que, obrigadas a trabalhar, não podiam amamentar. As pesquisadoras não veem nisso sinal de desinteresse pela criança nem muito menos de ausência de amor materno, ainda que tal prática desencadeasse uma mortalidade infantil muito alta. (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 133).

Segundo Mello (2011), entretanto, as mães francesas dos séculos XVII e XVIII eram muitas vezes subjetivadas por moralistas, médicos e administradores a desenvolver os cuidados maternos, mas estes eram tidos como um estorvo por elas.

Collin e Laborie (2009) afirmam que a metade do século XVIII marca uma nova ideologia, manifestada por Rousseau (1760-1778) e perpetuada até os dias de hoje: a valorização do amor materno e a idealização da figura da mãe, permeada de reconhecimento e valor.

Considerando a ideia de instinto materno que sobreviveu durante muito tempo, Mello (2011) afirma que a maternidade é historicizada a partir de figuras bíblicas contrastantes, expressando variações no modo de ser mãe: Eva e Virgem

Maria, passando pela mãe judia-cristã, a mãe da realeza e a mãe que a partir do século XVIII passou a constituir um ícone de mitificação e endeusamento, cultuado até a contemporaneidade. A expressão amor materno veio, supostamente, para qualificar e valorizar a condição de mãe, transformando significativamente essa relação. Conflitantemente, o amor materno suscita a discussão do ódio materno:

... esse sentimento de hostilidade tem raízes profundas e é desencadeado principalmente nos neuróticos, quando os mesmos têm que despende seu amor por alguém e sentem-se escravos do outro, o que leva ao surgimento de moções hostis sempre que o sujeito tiver que renunciar a alguma satisfação. (ADLER *apud* MELLO, 2011, p. 11)

Entre os séculos XIX e XX o culto ao amor materno atinge seu ápice, reconfigurando o papel e o valor da mãe, ampliando sua função biológica para a educacional, social e emocional. (MELLO, 2009).

A partir daí nasce, ainda considerando-se o cenário europeu das camadas médias, um “feminismo maternalista” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134), voltado para assegurar direitos às mulheres que cuidam da casa e dos filhos, destinando às mães as mesmas prerrogativas dos pais. E foi justamente sobre um dos clássicos ícones da maternagem – a amamentação – que recaiu esta abordagem feminista, transferindo à questão biológica, fisiológica, afetiva e nutricional um grande peso ideológico.

Cabe mencionar o advento e forte militância da *La Leche League*, uma associação de mães americanas fundada em 1956 que cresceu e ganhou força, fincando a bandeira do aleitamento materno em 70 países. Segundo Badinter (2011), por trás deste lema configura-se todo um ideal de boa mãe a serviço dos filhos, cuidadora em tempo integral, determinando à figura materna uma relevante condição social.

Por outro lado, contrariando fortemente o papel imposto pelas defensoras do aleitamento materno, algumas mulheres ingressam no mercado de trabalho durante o advento das duas grandes guerras mundiais. Segundo Collin e Laborie (2009), mulheres com e sem filhos são chamadas a desempenhar funções que antes eram uma prerrogativa masculina, abrindo espaço para que os ideais feministas se impusessem de forma contundente e marcante.

Ao refletir sobre o impacto causado pelo movimento feminista na experiência da maternidade, Scavone (2011) divide o movimento em três grandes momentos, que serão brevemente expostos a seguir.

O primeiro momento é analisado como aquele que inclui leituras alternativas à do biologicismo. A célebre frase da francesa Simone de Beauvoir – “não se nasce mulher, torna-se mulher” é referendada por Scavone (2011) para contextualizar o primeiro momento da luta feminista contemporânea. Aqui o forte tom de contestação é contra o biologicismo reducionista que impunha às mulheres um inevitável destino social marcado pela maternidade. Na análise de Scavone,

[...] o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina.” (SCAVONE, 2011, p. 138-139).

Ampliando a questão sexual para algo maior e mais complexo, alicerçado em uma construção social, o movimento ganha cunho político e a denominação de feminismo igualitário. Segundo Souza (2013, p. 113), “os direitos à educação, ao trabalho e ao voto se constituíram nas principais bandeiras de lutas”. Estas duas últimas foram destacadas por Collin e Laborie:

Durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto as mulheres, mesmo mães, efetuam o trabalho dos homens, as feministas valorizam a eficácia do trabalho feminino e lutam para que elas possam conciliar trabalho e maternidade. A partir do fim do conflito, esperam obter o direito de voto em recompensa por seus bons e leais serviços. À exceção da Alemanha, nada aconteceu, e as mulheres foram mandadas de volta a seus lares. (THÉBAUD apud COLLIE e LABORIE, 2009, p. 134).

Como forma de substanciar o trabalho e a vida “além-lar”, a corrente do feminismo igualitário propõe uma disjunção entre prazer sexual e reprodução, evitando-se a maternidade através da contracepção e do aborto. Neste cenário, as mulheres se apropriam mais do que nunca dos seus próprios corpos, assumindo sua escolha, decisão, autoridade e poder diante da maternidade. Através do slogan “teremos as crianças que quisermos, se quisermos” (COLLIN; LABORIE, 2009), as mulheres francesas testemunham a vontade coletiva de que a maternidade dependa da liberdade de decisão de cada mulher. (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134). Nesse ponto faz-se importante mencionar a noção de gênero, explicada por Perrot (2005) como construção sociocultural que permeia a diferença entre os sexos.

Concebida pelos movimentos feministas estadunidenses, a noção de gênero contribuiu para a realização de novos estudos e causou reflexões na França, fazendo-se presente na fala da historiadora:

[...] a história dita das mulheres apenas encontra todo o seu sentido na análise, na desconstrução da diferença entre os sexos, na relação com o outro sexo. Somos muitas – e muitos – a pensar que o gênero, categoria do pensamento e da cultura, precede o sexo e o modula (HURTIG, KAIL e ROUCH, 1991), que o corpo não é o primeiro dado. O corpo tem uma história; ele é representação e lugar de poder, como mostraram Michel Foucault (1976, 1984) e, recentemente, Thomas Laqueur (1992). (PERROT, 2005, p. 467)

Enquanto Simone de Beauvoir via na maternidade um empecilho à liberdade da mulher e outras feministas, uma oportunidade de sobrepujação masculina, uma outra corrente minoritária na França – dita diferencialista – pregava a importância do amor materno, inaugurando um novo momento da batalha feminista. (COLLIN; LABORIE, 2009).

Atenuada a repercussão do primeiro momento, algumas feministas começaram a questionar a proposta de negação da maternidade, conforme explica Vilaine, Gavaric e Le Coadic citados por Scavone (2011, p. 140): "nós (as mulheres) queríamos ser definidas sem a maternidade? Aceitávamos ser mutiladas de uma parte de nossa história, de nossa identidade?" Este segundo momento da luta feminista, segundo Scavone (2001), veio justamente distinguir veementemente as mulheres dos homens pelo fato de somente estas poderem engravidar e se constituírem mães. A maternidade aqui coloca-se como poder supremo e absoluto, inclusive passível de inveja pelos homens. Sobre o poder, a autora recorre a Foucault:

Do ponto de vista foucaultiano todo saber tem sua gênese em relações de poder, isto significa que, ao resgatar o saber feminino associado à maternidade, esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno biopsíquico-social que é a maternidade. (SCAVONE, 2001, p. 141).

Como se pode ver, a corrente diferencialista pontua o segundo momento através da afirmação das diferenças e da busca do fortalecimento da identidade feminina.

O terceiro momento de impacto causado pelas ideias feministas traz, no olhar de Scavone, uma importante constatação: “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.” (SCAVONE, 2011, p. 141). Isso resume, de certa forma, os três momentos a partir dos conceitos de igualdade, diferença e identidade propostos por Perrot (2005). A autora vincula os três termos emaranhando-os sob a força do aspecto sociocultural, permitindo-nos inferir que a identidade é efeito da diferença cultural e a igualdade esbara na velha questão do poder.

Na visão de Scavone (2011), este momento culmina também com o impacto da atual era tecnológica, que remaneja lugares anteriormente tão certos e fixos, como o de pai e mãe, e rompe com o determinismo biológico que há tantos anos foi tido como prerrogativa feminina, igualando a mulher à condição de mãe.

### **3.1.2 Mães das montanhas de Minas**

Para historicizar a mãe brasileira, tomou-se como cenário Minas Gerais, século XVIII, época em que o ouro e o diamante atraíam inúmeras pessoas para se lançar à atividade mineradora. Mas antes de se chegar à figura da mãe, é preciso situar as mulheres que compunham este cenário. A partir daí será possível perceber que, antes de abordar o tema da maternidade em si, será preciso falar da não-maternidade ou, através das palavras de Venâncio (2007, p. 189), da “história secreta da dor feminina”, calcada no abandono dos filhos.

De certa forma, a negação da maternidade foi consequência da exclusão social a que a maioria destas mulheres foi submetida, segundo Figueiredo:

Estiveram nas Minas excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social. (FIGUEIREDO, 2007, p.142).

Em alguns casos esparsos, as mulheres atuavam na tecelagem, panificação e alfaiataria, dividindo a função com os homens. O trabalho era exclusivamente feminino apenas quando se tratava das criadas, cozinheiras, costureiras, rendeiras, doceiras e vendedoras ambulantes no pequeno segmento comercial existente. Estas últimas, chamadas de “negras de tabuleiro”, segundo Figueiredo (2007), se

destacavam no pequeno segmento comercial existente, abastecendo as minas de bebidas e produtos comestíveis os mais diversos. Mas se por um lado os escravos apreciavam sua presença, esta era temida pelas autoridades, apreensivas quanto ao destino do ouro extraído, que acabava parando na mão destas quitandeiras. Pode-se perceber, portanto, que a exclusão social não impediu que estas mulheres atuassem de forma marcante nas atividades que escolhiam desempenhar.

Algumas escravas ligadas ao comércio acabavam encontrando também o destino da prostituição como forma de se obter dinheiro para acertar com os seus proprietários. E é aí que adentramos o tema da maternidade (ou da impossibilidade de se exercer a maternidade): além de dinheiro estas mulheres obtinham muitas vezes um filho no ventre, e como consequência acabavam o abandonando por não ter condições de criá-lo, explicação embasada por Figueiredo:

A prostituição foi duramente combatida ao longo do século. O que parecia assustar as autoridades locais diante de sua disseminação era a multiplicação dos enjeitados – crianças abandonadas normalmente à porta das casas de autoridades ou de potentados locais cuja criação constituía responsabilidade dos cofres municipais. (FIGUEIREDO, 2007, p.157).

Mas não foram apenas os filhos das prostitutas a viver o abandono no Brasil do período colonial. De acordo com Venâncio (2007), crianças bastardas nascidas de relacionamentos extraconjugais também se viam em situação de desamparo, sendo deixadas pelas mães nas chamadas Rodas de Expostos, conforme será explicado adiante. Esse destino era bem mais brando que o dos filhos da pobreza, abandonados de forma desumana pelas palavras de Venâncio:

Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as lixeiras, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas. (VENÂNCIO, 2007, p.190).

Para solucionar o drama do abandono, as autoridades determinaram que toda criança encontrada na rua ou doada pelos pais deveria ser acolhida e batizada. Segundo Venâncio (2007), as famílias que se dispunham a isso recebiam uma ajuda financeira até que a criança completasse sete anos. Nestes casos era comum o maltrato dos bebês por parte das amas, que por vezes misturavam aguardente ao leite e

às vezes também os colocavam para dormir em sua própria cama, gerando sufocamento e às vezes até morte.

Uma outra forma de auxílio para os enjeitados era a denominada Roda dos Expostos, como explicitado por Venâncio (2007, p. 191). Bastante comum em Portugal, consistia em um cilindro giratório afixado na fachada das Santas Casas de Misericórdia. “A Roda funcionava dia e noite, e qualquer um, furtivamente ou não, podia deixar um pequerrucho no cilindro sem ser notado ou muito menos incomodado.” (VENÂNCIO, 2007, p. 191). Bebês brancos constituíam maioria nesta instituição de abandono, representando filhos ilegítimos, fruto de relacionamentos extraconjugais. Segundo o autor, a condenação moral por parte da sociedade era suficientemente forte para justificar o abandono.

Em se tratando de um tema que usualmente suscita sentimentos como amor, zelo e realização, a maternidade – quando negada – causa assombro e perplexidade, reações revestidas de julgamento. No entanto, Venâncio nos convida a pensar um significativo contraponto: “[do] ponto de vista oficial, mães ‘que davam os filhos a criar’ pareciam desalmadas e egoístas. No dia-a-dia, porém, a realidade era outra e o abandono podia representar um verdadeiro gesto de ternura.” (VENÂNCIO, 2007, p. 202). O abandono representava, para o autor, manifestação de amor e cuidado. No seu modo de ver, era exatamente por não terem condição financeira, econômica, estrutural e em outros casos moral que muitas mães optavam pela renúncia à maternidade. Pelos bilhetes que acompanhavam os enjeitados, o tom era quase de súplica, rogando que eles fossem bem acolhidos e tivessem um bom destino. (VENÂNCIO, 2007).

Entretanto, levanta-se a hipótese de que esta dicotomia contrastante proposta por Venâncio deixa transparecer uma concepção idealizada da maternidade e da mulher-mãe. É importante ressaltar que, mais do que uma atitude individual, isolada, o abandono configurava uma prática social permeada de significado.

Nem só de abandono, contudo, viviam as crianças daquela época. É o que explica Figueiredo (2007) ao dizer que os casamentos, consensuais ou não, tinham como premissa natural a vinda dos filhos. Sua ausência era rara nos relacionamentos familiares estáveis. Nesse ponto torna-se importante contextualizar o casamento daquela época, dificultado (em termos de legalização) pela forte

burocracia e também pela condição da maioria dos homens, imersos na atividade mineradora, sem condição de se comprometer em termos conjugais. Essa conformação do casamento, aliás, fomentou e fortaleceu a prostituição na região das Minas Gerais. Em decorrência especialmente da burocracia e de um não envolvimento efetivo da sociedade com a Igreja, grande era o número das “[...] relações familiares de tipo consensual, apoiadas no compromisso informal entre as partes”, segundo Figueiredo (2007, p. 165). Para a coroa portuguesa, essa realidade era um obstáculo a ser transposto através de uma política firme de defesa dos laços conjugais e da legalidade da instituição familiar. Em consonância com a perspectiva foucaultiana embasada no poder, é dessa forma que Figueiredo (2007) expõe a resistência da sociedade mineira do século XVIII diante dos esforços da metrópole em fazer valer seus poderes institucionais:

A disciplina, a definição de papéis, a austeridade e a tolerância subjacentes ao modelo cristão de organização familiar tornavam-se elementos que justificavam os esforços da ordem temporal e espiritual. Cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo. No entanto, a vida cotidiana das comunidades mineiras pareceu resistir a tanta coerência. Mesmo perseguidas por múltiplos instrumentos punitivos que, com ferocidade singular, condenavam suas relações extraconjugais, as populações insistiam no seu próprio modo de vida familiar. (FIGUEIREDO, 2007, p. 167).

Ao validar e instituir o matrimônio, a Igreja Católica legitimava a procriação e propagação da espécie como seu único objetivo. E assim as famílias iam crescendo, tendo nos filhos presença marcante e rotineira, como mostra Figueiredo:

O pleno vigor da vida familiar aparece traduzido nos ritos envolvendo diferentes esferas em seu cotidiano, quer houvesse ou não coabitação. Assim, não apenas a coabitação e a presença de filhos eram elementos para caracterizá-la, mas também partilhar refeições, ir juntos a missa, utilizar em comum os bens (inclusive escravos), conversar continuamente, fazer com certa frequência visitas diurnas ou noturnas, demonstrar carinho, atenção ou cuidado. (FIGUEIREDO, 2007, p.180).

Se hoje algumas mães costumam brincar dizendo que “filho não vem com manual”, naquela época era comum a publicação de documentos orientando o papel e a conduta dos pais. Mello (2011) menciona o surgimento do primeiro Manual de Criação de Filhos, publicado no Brasil em 1685 por um jesuíta:

Neste manual cabia à mãe a formação, isto é, tudo o que estava envolvido com cuidados materiais como roupas e alimentos apropriados para o filho.

Na função de diretor, o pai transmitia os valores morais, religiosos, como também assegurava a manutenção econômica do lar. (MELLO, 2011, p. 04)

Complementando, Venâncio (2007) afirma que sobre a mãe recaíam os cuidados diretos com o filho, até que ele completasse a idade de sete anos. “Durante os primeiros anos de vida dos bebês, todo trabalho pesava sobre a mãe. Assim, a que não assumisse os filhos quebraria as regras da vida social por comprometer a formação do futuro adulto.” (p. 201).

Venâncio (2007) frisa, no entanto, que entre as premissas contidas no manual e o que era exercido na prática havia uma grande distância. A diversidade brasileira presente nas mais variadas etnias, línguas e composições sociais, muitas vezes vinculada ao sistema escravagista, dificultava o entendimento e compreensão do conteúdo imposto pela doutrina cristã. Na prática, os cuidados maternos consistiam muitas vezes em passar a criação dos filhos para vizinhos, tios, compadres em melhor condição de assisti-los. Pelo raciocínio do autor, “em tais circunstâncias, o abandono podia revelar uma das várias faces do amor maternal, face bem mais complexa do que a delineada nos manuais religiosos.” (VENÂNCIO, 2007, p. 204).

Entre o ideal e o real, o amor e a dor, a aceitação e a negação, as mães das montanhas de Minas viviam, cada uma a seu modo, seus processos de subjetivação.

### **3.2 A maternidade no contexto familiar**

Sem perder de vista o recorte social adotado pelo presente estudo, deparamo-nos com grandes mudanças envolvendo a família de classe média brasileira e os principais temas que a permeiam: casamento, filhos, trabalho, separação, divórcio e a própria maternidade, intensamente “metarfoseada” ao longo dos séculos. Muitas são as transformações, igualmente muitas as mulheres em cena no diversificado contexto familiar brasileiro. A título de ilustração, um breve passeio na literatura nos leva ao encontro contrastante de duas célebres personagens femininas, uma do século XIX e outra do século XXI, em momentos distintos de sua historicidade e processos de subjetivação.

No clássico *Senhora*, de José de Alencar, Aurélia protagoniza uma época em que os casamentos arranjados ou por interesse eram práticas comuns. Pretendentes e dotes constituíam termos frequentes nas rodas sociais e familiares. Segundo

Souza (2005, p. 38), “o autor faz uma crítica à sociedade que cria normas a serem seguidas, sejam elas preconceituosas ou não, como a submissão da mulher que deveria ser educada para o casamento e não podia se emancipar.” No trecho abaixo, retirado do romance, a idade com que Aurélia decide se casar compõe a argumentação da personagem para viabilizar seu intento:

- Tomei a liberdade de incomodá-lo, meu tio, para falar-lhe de objeto muito importante para mim.
- Ah! muito importante?... repetiu o velho batendo a cabeça.
- De meu casamento! disse Aurélia com a maior frieza e serenidade. O velhinho saltou na cadeira como um balão elástico. Para disfarçar sua comoção esfregou as mãos rapidamente uma na outra, gesto que indicava nele grande agitação.
- Não acha que já estou em idade de pensar nisso? perguntou a moça.
- Certamente! Dezoito anos...
- Dezenove.
- Dezenove? Cuidei que ainda não os tinha feito!... Muitas casam-se desta idade, e até mais moças; porém é quando têm o paizinho ou a mãezinha para escolher um bom noivo e arredar certos espertalhões. (ALENCAR, 1875/2013).

No contemporâneo *Divã*<sup>2</sup>, de Martha Medeiros, Mercedes expõe para seu analista suas múltiplas faces, percorrendo temas vigentes na contemporaneidade:

Não me sinto uma mulher como as outras. Por exemplo, odeio falar sobre crianças, empregadas e liquidações. Tenho vontade de cometer haraquiri quando me convidam para um chá de fraldas e me sinto esquisita à beça usando um lencinho amarrado no pescoço. Mas segui todos os mandamentos de uma boa menina: brinquei de boneca, tive medo do escuro e fiquei nervosa com o primeiro beijo. Quem me vê caminhando na rua, de salto alto e delineador, jura que sou tão feminina quanto as outras: ninguém desconfia do meu hermafroditismo cerebral. Adoro massas cinzentas, detesto cor-de-rosa. Penso como um homem, mas sinto como mulher. Não me considero vítima de nada. Sou autoritária, teimosa e um verdadeiro desastre na cozinha. Peça para eu arrumar uma cama e estrague meu dia. Vida doméstica é para os gatos. Nossa, pareço uma metralhadora disparando informações como se estivesse preenchendo um cadastro para arranjar marido. Ponha na conta da ansiedade. A propósito, tenho marido e três filhos. Sou professora, lecionei por muitos anos em duas escolas, mas depois passei a me dedicar apenas às aulas particulares, ganho melhor e sobra tempo para me dedicar à minha verdadeira vocação, que são as artes plásticas. [...]

Sou tantas que mal consigo me distinguir. Sou estrategista, batalhadora, porém traída pela comoção. Num piscar de olhos fico terna, delicada. Acho que sou promíscua, doutor Lopes. São muitas mulheres numa só, e alguns homens também. (MEDEIROS, 2002, p. 9-11)

<sup>2</sup> O livro foi adaptado para o teatro, cinema e uma minissérie na Rede Globo de Televisão.

Em *Divã*, a tônica não é o casamento, mas a separação. Do amor romântico ao contemporâneo, muitos são os contrapontos e mudanças nos processos que perfazem a subjetivação feminina e os modos de ser mãe no contexto da família.

Desde o final do século XVIII, um conjunto de grandes mudanças afetou as mulheres de forma impactante, segundo Giddens (1993, p. 53): a criação do lar, a mudança na relação entre pais e filhos, “a invenção da maternidade.” Coelho (2006a) explicita as muitas transformações ocorridas na família brasileira nas últimas décadas. Da dicotomia público-privado, envolvendo um modelo ideal-patriarcal de hierarquização e poder do homem frente à mulher e aos filhos, veio o ideal igualitário e a flexibilização dos papéis atuantes. Do trabalho feminino restrito ao lar, considerando-se ainda as classes médias, surgiu a presença de mulheres no mercado de trabalho e no poder público. Do casamento vieram o divórcio e os novos arranjos familiares – monoparentais femininos, homoafetivos (envolvendo pessoas do mesmo sexo), casais habitando espaços distintos, jovens solteiros, viúvas morando sozinhas, etc. Do movimento feminista veio uma nova reflexão e prática do que é ser mãe.

Poder evitar a maternidade, até de modo permanente, sem prejuízo da sexualidade, “desnaturalizou” o mito da maternidade e da passividade da condição feminina, abriu caminho para a liberdade de uma vida íntima, não ligada à relação conjugal. (DURHAM; BADINTER *apud* COELHO, 2006a, p. 158).

Enquanto novos valores são construídos, algumas práticas permanecem. De forma sutil ou explícita, mudanças significativas atingem a maternidade, a sexualidade, o casamento e a divisão de papéis dentro de casa. Como observa Coelho,

[as] diferenças e desigualdades de gênero não foram abolidas, e sim estão sendo redefinidas e ressignificadas. A ruptura da dicotomia de papéis propiciou uma flexibilização e fragmentação, mas as responsabilidades domésticas continuam sendo da mulher, ainda que ela participe do sustento da família. (COELHO, 2006b, p. 160)

O arcaico e o novo se esbarram a todo instante, promovendo conflitos e causando transformações significativas. A família segue seu caminho – tortuoso e descontínuo, muitas vezes – como agente de socialização, produzindo mudanças e sendo alvo destas mesmas mudanças. Nesse sentido, seguindo as considerações de Coelho,

As regras do sistema familiar dizem respeito às formas como os membros da família organizam sua vida privada – relações afetivo-sexuais, relações intergeracionais, divisão de papéis no grupo e divisão sexual do trabalho... (COELHO, 2006a, p. 162).

No olhar de Balestrero e Polity (2008), o nascimento de um bebê altera significativamente a dinâmica familiar no tocante às posições geracionais femininas: filha torna-se mãe, mãe torna-se avó, avó vira bisavó... Esses ganhos e alterações na configuração familiar trazem muitas vezes conforto e apoio àquela que se tornou mãe. No entanto, conforme explicam as autoras,

É interessante observar que os tempos modernos trouxeram novos arranjos familiares e aquelas situações que eram aliviadas pela proximidade das mulheres em uma escala trigeracional tornaram-se, no mundo atual, uma grande ausência e uma perda na capacidade de transmitir experiência. Não raro, a mulher dá à luz somente na companhia de seu cônjuge, ou até mesmo sozinha. Com muita frequência, sua mãe trabalha fora, sua sogra também, ou ambas moram longe e têm suas próprias ocupações, e o nascimento do bebê passa a ser apenas “mais um evento” na vida da família. No encaixe dessas mudanças, proliferam os cursos para gestantes, em que se aprendem técnicas e informações práticas que, se por um lado aliviam “o que fazer”, por outro deixam a descoberto o “como fazer”. Observa-se assim um declínio das “funções maternas” para as mulheres que vão parir, com ausência das figuras femininas importantes na escala familiar. (BALESTRERO; POLITY, 2008, p. 118).

Tantas mudanças de modelo e configuração não poderiam deixar de afetar a subjetividade das mães brasileiras e seu modo de ser e atuar na família.

### **3.3 Maternidades no contexto contemporâneo**

Na era digital, os bebês já nascem no *Facebook*, através das fotos e textos instantaneamente compartilhados. Várias maternidades também comunicam os nascimentos através da internet, inserindo fotos dos recém-nascidos nos seus sites. À alegria da notícia soma-se o “prazer da lembrança”, denominado por Spink (2010, p. 25) de “álbuns de bebê”. No seu estudo, a autora percebe esses registros (não só as fotos, como também as cadernetas de puericultura, os cachos de cabelo, os sapatinhos metalizados e os cordões umbilicais congelados, entre outros) como “formas de inscrição biográfica que estão historicamente associadas às transformações nas maneiras de cuidar de bebês relacionadas com regimes de governo pautados na biopolítica.” (SPINK, 2010, p. 26). Nessa análise, as dimensões do Estado, do afetivo e do tecnológico se encontram e, através dessa

última, performam personalidades. Antes mesmo de nascer, a criança é apresentada à mãe pela imagem capturada do ultrassom. Os recursos tecnológicos avançam a cada ano, possibilitando que até mesmo as expressões faciais do bebê sejam registradas no formato tridimensional. Do vídeo em movimento à impressão da imagem congelada, a foto do filho ainda no útero também passa a compor os “álbuns de bebê”, em um registro mnemônico revestido de emoção e afeto. Concordando com Spink (2010), a questão ultrapassa o simples ato de documentar a vida da criança nos seus primórdios, mas de enaltecê-la com narrativas especiais, permeadas de sentido. Martin-Fugier citado pela autora, pondera que:

Nessa perspectiva, os filhos têm uma dupla importância. É preciso velar pela felicidade deles para transformá-los em cabedal de lembranças felizes. Ao mesmo tempo, a própria pessoa se enriquece com lembranças insubstituíveis da época em que os filhos eram pequenos. (MARTIN-FUGIER apud SPINK, 2010, p. 47).

É importante ressaltar que, com os acelerados avanços tecnológicos que configuram a modernidade e a inserem cada vez mais na dimensão do virtual, essa felicidade é sentida não apenas pelos pais da criança (ou, dependendo do arranjo familiar, pela mãe, mães, ou apenas pai). O sentimento que decorre dos “álbuns de bebê” é hoje mais do que nunca compartilhado nos blogs e redes sociais, promovendo um sentido coletivo de felicidade a partir da interatividade permitida pela internet.

Além de alojar “ritos dotados de uma significação sentimental” (MARTIN-FUGIER apud SPINK, 2010, p. 47), a grande rede também atua como instrumento prático-funcional. Algumas mães contemporâneas fazem carreira, cuidam dos filhos, gerenciam a casa e trocam experiências da maternidade no mundo virtual. Em sua tese intitulada *De Maria a Mary – Mulheres em transição na experiência contemporânea da maternidade*, Lima (2005) faz menção a essa virtualidade a partir de uma reportagem publicada no Jornal *O Globo* em maio de 2001. Com o título “Mamãe é Virtual”, a matéria aborda a comunicação de uma executiva de 36 anos com os seus dois filhos de 9 e 10 anos, com quem se encontra presencialmente apenas nos finais de semana. Este foi o trecho da matéria utilizado pela pesquisadora:

É uma típica mãe virtual, que explica aos filhos os deveres de casa por e-mails e faz recomendações do tipo “escovem os dentes”, “arrumem o quarto”... E ainda atende rapidamente às mensagens eletrônicas dos filhos solicitando mais biscoitos, mais chocolates, mais refrigerantes. Nesses casos, C. acessa o site de um supermercado e, em alguns minutos, as guloseimas chegam em casa. Problemas na escola? C. acessa o site do colégio e conversa com as professoras. A mãe contemporânea é assim: tão múltipla que sua versão on-line se soma à presença real no fim de semana. (LIMA, 2005, p. 149).

De uma maneira geral e não absoluta, foram-se as fraldas de pano, as amas de leite, a mãe em tempo integral. Ficaram, para algumas mães, a dificuldade de amamentar, a palavra dos especialistas, os conflitos levados ao divã.

Diante do tema “A Mulher e a Maternidade”, Balestrero e Polity (2008) realizaram uma pesquisa tendo como recorte social “mulheres brasileiras de classe média, entre 22 e 60 anos de idade, a maioria de nível acadêmico superior.” (p. 112). Uma das entrevistadas, Soraya, revela um modo de ser mãe permeado de angústia na descrição das pesquisadoras:

Executiva bem-sucedida, 38 anos de idade, tem seu primeiro filho e resolve ficar o menor tempo possível em casa para “não perder o bonde” na empresa. Contrata uma babá especializada, deixa todas as instruções, bem como os telefones do seu trabalho e tenta reassumir seu lugar no escritório. Mas não se sente feliz. Chora com frequência e se culpa muito por ter deixado o bebê. Afirmo sentir-se partida. Vem à procura de terapia descrevendo sinais de muita ansiedade, dificuldade para dormir, medo de sair de casa, relatando fantasias destrutivas com relação a ela e ao bebê. (BALESTRERO; POLITY, 2008, p. 116-117).

A ansiedade também foi detectada pelas pesquisadoras na fala de Sara, traduzindo conflitos em relação ao casamento e ao retorno ao trabalho:

Advogada, com 27 anos de idade, está no auge da carreira profissional. Acabou de dar à luz gêmeos e começa a preparar sua volta ao trabalho. Em nossos encontros já manifesta muita ansiedade com relação a sua saída de casa. Teme deixar de amamentar os gêmeos e diz sentir-se muito só, pois seus pais moram em outra cidade e seu marido “parece não entender a aflição que ela vive.” O casal veio em busca de terapia, pois, entre outras questões, Sara, após ter tido os filhos, não tem mais vontade de manter uma vida sexual com o marido e este se mostra bastante aborrecido e contrariado. Muitas questões estão implicadas nesse contexto, mas a sobrecarga de afazeres e as expectativas que pairam sobre o desempenho dessa mãe / mulher são inquestionáveis. (BALESTRERO; POLITY, 2008, p. 119).

Na visão das pesquisadoras, Sara vivencia a maternidade com sofrimento e cobrança, “desempenhando o papel de ‘Mulher Maravilha’, que com mágica e

podere sobrenaturais pode dar conta de tudo.” (BALESTRERO; POLITY, 2008, p. 119).

“O que eu consigo e o que eu não consigo na relação com meus filhos; o que é mais fácil para mim; o que é mais difícil.” Este conteúdo fez parte de uma das vivências aplicadas por Lima (2005, p. 156) em seu estudo. No intuito de investigar a subjetividade feminina de um grupo de mães na escola de seus filhos, a autora realizou uma pesquisa qualitativa abrangendo “camadas populares da zona urbana da cidade do Rio de Janeiro.” (LIMA, 2005, p. 3). Limites, amamentação, ciúmes entre irmãos e disponibilidade de tempo dedicado aos filhos foram alguns dos temas tratados na pesquisa empírica envolvendo o tema específico da maternidade. Ao analisar os resultados, Lima (2005) constata que “a criação dos filhos ocupa um papel central” (p. 183) na vida dessas mulheres, constituindo fonte de preocupação em relação aos cuidados domésticos, além da vida social e afetiva. Vaitsman, citada pela autora, reforça essa questão comparando as mães das camadas populares com as de classe média, sujeitos de pesquisa do presente estudo:

[...] tornar-se mãe representa para essas mulheres o eixo de suas vidas. A valorização da maternidade aparece de forma bastante tradicional e menos identificada com o momento vivido pelas classes médias nas quais a possibilidade do projeto profissional conjuga-se com a maternidade e o casamento, mantendo antigos padrões mas abrindo espaço para projetos pessoais e valores individualistas. (VAITSMAN apud LIMA, 2005, p. 183).

A fala de uma das entrevistadas ilustra o depoimento acima: “*Faço tudo pelos meus filhos, luto por eles, trabalho dou duro mesmo, mas depois deles nada tem mais valor. É a única riqueza que a gente tem. (Railda, 34 anos).*” (LIMA, 2005, p. 183).

Estabelecendo ainda um comparativo com as mulheres de camadas médias, Lima pondera que:

Quando ouvimos mulheres de classes populares que trazem a centralidade de suas identidades via maternidade, não podemos deixar de comparar com trabalhos anteriores em que mulheres de camadas socioculturais mais favorecidas, com nível de escolaridade alto, também vivenciam esta questão de forma central, mesmo que com maior possibilidade de questionamentos e muitas vezes com alguma ambivalência. (LIMA, 2005, p. 186).

Contradizendo a tese de Badinter (2011) que postula a existência de um conflito entre a mulher e a mãe, as “Marias” entrevistadas por Lima (2005, p. 187)

expressaram uma forte junção entre as identidades feminina e materna ao serem abordadas sobre o que é ser mulher:

*Mulher, mulher você..., deixa eu ver, mulher para mim, peraí. Você falou o que é ser mãe, não é? (Graça, 32 anos)*

*É uma coisa boa, porque você... a gente pode ser mãe, né, é um dom muito bom, sei lá, eu gosto. Acho que eu me sinto mais mulher assim como mãe, tenho assim aproveitado ele, o L., cada dia, todos os momentinhos dele (...) e às vezes muita mãe trabalha muito, não tem tempo de curtir ou acompanhar o desenvolvimento, cada fase dele, até pra isso. (Mara, 35 anos)*

*O que é ser mulher? Acho que é isso, ser mãe. Mãe. Acho que quando você é mãe você se sente assim mais mulher. Eu acho que você se realiza como mulher. (Alzira, 34 anos)*

Os dados produzidos nos estudos de Lima (2005) e de Balestero e Polity (2008) trazem alguns pontos de similitude em relação às experiências das mulheres envolvidas na presente pesquisa, como veremos no próximo capítulo.

Badinter (2011) coloca alguns contrapontos em relação às grandes transformações ocorridas na maternidade nos últimos 30 anos, nos levando a refletir acerca de alguns modos de ser mãe na contemporaneidade: o retorno ao modelo tradicional, naturalista e instintivo, *versus* a possibilidade de escolher exercer ou não a maternidade; os desejos de mulher *versus* os deveres de mãe; a maternidade *versus* a liberdade, em um contexto hedonista. Esses contrapontos acabam evidenciando as ambivalências da maternidade e apontando para uma nova forma de subjetivação materna, assim expostas por Badinter:

*A futura mãe só sonha com o amor e com a felicidade. Ela ignora a outra face da maternidade, a que é feita de esgotamento, de frustração, de solidão, até mesmo de alienação com o seu cortejo de culpabilidade. (BADINTER, 2011, p. 21)*

Mesmo com tantas ambivalências, a maternidade se amplia como possibilidade através das inovações tecnológicas: fertilização *in vitro*, barriga de aluguel, doação de óvulos. Passa a haver também uma biologização da paternidade com a questão do esperma fecundante. (COLLIN; LABORIE, 2009).

Estudos realizados por Balestrero e Polity (2008) apontam para um aumento crescente dos procedimentos de reprodução assistida na América Latina. As autoras destacam que esse crescimento refere-se não somente a uma demanda oriunda de

casos de esterilidade; abarca também demandas relacionadas aos novos arranjos familiares monoparentais e homoafetivos já mencionados no item 3.2.

Ao ampliar possibilidades, as tecnologias de reprodução assistida também abrem outras questões envolvendo os processos de subjetivação materna. Com os recursos tecnológicos, não se pode mais deduzir que uma gestante seja a mãe biológica do bebê que carrega. Ao que Badinter (2011) interroga: quem é a mãe hoje: aquela que doa os óvulos? Que gera? Que aluga a barriga? Que adota? Que cuida?

Balestrero e Polity (2008), citando Herz, pontuam o impacto dessas tecnologias sobre os valores tradicionais que permeiam a maternidade e a família:

O sexo sem a reprodução foi um golpe severo à crença social altamente valorizada da origem familiar como o apogeu dos objetivos de vida. A reprodução sem o sexo, através de vários modos cooperativos tecnicamente praticáveis, abala ainda mais os valores tradicionais e exige sua reavaliação. (HERZ apud BALESTERO; POLITY, 2008, p.123).

Se culturalmente a maternidade é tida como algo certo e indubitável, promessa de felicidade e sentido de vida, na prática do dia-a-dia algumas mulheres começam a contestar essa realidade, mesmo que em silêncio.

É forçoso verificar que a maternidade permanece largamente desconhecida. Esta escolha de vida que induz uma mudança radical das prioridades constitui um desafio. Umas encontram nela a felicidade e um benefício de identidade insubstituíveis. Outras nunca confessarão que o não conseguem e que a sua experiência materna é um fracasso. Com efeito, nada é menos indizível na nossa sociedade do que tal confissão. Reconhecer que nos enganamos, que não somos feitas para sermos mães e que a maternidade nos deu pouca satisfação faria de nós uma espécie de monstros irresponsáveis. (BADINTER, 2011, p. 22)

As ambivalências vividas pela mulher no tocante à experiência da maternidade apresentam alguns efeitos, entre eles: declínio da fertilidade, expansão da idade para se tornar mãe, aumento das mulheres no mercado de trabalho e da diversidade dos modos de vida femininos. (BADINTER, 2011).

Ao situar a mãe na contemporaneidade, a autora chama a atenção para uma época pautada pelo narcisismo, individualismo, hedonismo: “[numa] civilização onde o ‘eu primeiro’ é elevado a princípio, a maternidade é um desafio, quiçá uma contradição.” (BADINTER, 2011, p. 20). Essa reflexão confirma o postulado de Rose

(2001) em relação às categorizações individuais do eu (“eu-mãe”, “eu-pai”, “eu-filho”, etc.) a despeito da dimensão de pluralidade e diversidade socialmente construída que compõe os modos de existência. Se, no olhar de Badinter (2011), a maternidade é percebida como contradição para a época de hoje, isto se deve justamente ao contraponto singularidade versus pluralidade presente nos processos de subjetivação.

A pergunta “Por que fazemos filhos” (BADINTER, 2011, p. 18-19) é colocada na obra mais recente da estudiosa francesa através de uma sondagem publicada pela *Philosophie Magazine*. A pesquisa, realizada em janeiro de 2009, envolveu uma amostra representativa de mil pessoas, tanto mulheres quanto homens, a quem era permitido dar várias respostas. Para 60% dos entrevistados, “um filho torna o dia-a-dia da vida mais bela e alegre”; para 47%, “permite fazer a família perdurar, transmitir seus valores, suas história”; 33% responderam que “um filho dá afeto, amor e faz com que sejamos menos sós na velhice”. Menos expressivas (em torno de 20%) foram as respostas ligadas a proporcionar a vida a alguém, fortalecer a relação do casal, amadurecer em função das responsabilidades assumidas e deixar descendentes para a posteridade.

A autora relata a pesquisa para acentuar seu argumento sobre a forte presença do hedonismo na cultura contemporânea. De teor muito mais emocional do que racional, a busca pelo prazer pode explicar, na visão de Badinter, por que “a razão influencia pouco a decisão de gerar um filho.” (2011, p. 19). De acordo com a autora, “é preciso confessar que a maioria dos pais não sabe por que gera uma criança, e que suas motivações são infinitamente mais obscuras e confusas do que as referidas na sondagem.”(BADINTER, 2011, p. 19-20).

Seguindo este raciocínio, a estudiosa constata que a decisão de ter um filho situa-se mais em uma dimensão afetiva e normativa do que racional. Mas a falta do desejo em se tornar mãe ou a recusa desse destino soa estranho e gera forte impacto social, como explicita a historiadora:

Uma mulher (e em menor grau um homem) ou um casal sem filhos parecem sempre uma anomalia que suscita interrogações. Os que assim pensam são constantemente instados a explicar-se, enquanto não passaria pela cabeça de ninguém perguntar a uma mulher porque é que ela se tornou mãe... (BADINTER, 2011, p. 19)

Todas essas questões contemporâneas ligadas à maternidade, em consonância com o olhar foucaultiano acerca da modernidade e da subjetivação, nos direciona ao encontro de uma vasta e complexa pluralidade afetiva vivenciada pela mulher-mãe na atualidade, através de suas várias faces. É o que se mostrará no próximo capítulo, embasado pelo percurso metodológico e análise dos dados.

*E como nasci? Por um quase.  
Podia ser outra. Podia ser um homem.  
Felizmente nasci mulher. E vaidosa.  
Prefiro que saia um bom retrato meu no jornal do que os elogios.  
Tenho várias caras. Uma é quase bonita, outra é quase feia.  
Sou um o quê? Um quase tudo.  
(LISPECTOR, 2013)*

#### 4 FACES POSSÍVEIS

O presente estudo contempla a realização de uma pesquisa qualitativa, caracterizada por se fundamentar teórica e empiricamente no desvelamento de questões acerca da realidade social. (MINAYO, 2006). Segundo Minayo,

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2006, p. 57).

Como instrumento, utilizou-se a entrevista semidirigida no intuito de promover uma interação direta com os sujeitos de pesquisa; interação esta que também entra na composição de análise dos dados. Minayo (2006) enfatiza a flexibilidade do instrumento que, a partir de um roteiro mínimo, pontual, é capaz de propiciar o desenvolvimento de uma conversa com finalidade específica, deixando o entrevistado à vontade para discorrer sobre o assunto abordado. No caso do presente estudo, o roteiro era composto de uma única frase norteadora: “O que é ser mãe para você?”. A partir das respostas dadas, outras perguntas eram espontaneamente formuladas pela pesquisadora, como uma aposta na característica de flexibilidade do instrumento.

Em consonância com o embasamento teórico e um dos elementos que justificam o presente estudo – minha *práxis* como psicóloga clínica, realizando atendimento psicoterápico junto a mães, mulheres e gestantes às voltas com a maternidade –, delineei critérios de inclusão que antecipariam múltiplas faces sobre a maternidade, como se segue:

1. mãe em relação conjugal<sup>3</sup> estável, de 1 a 3 filhos, que trabalha em período parcial ou integral.
2. mãe em situação de monoparentalidade, com 1 a 3 filhos, que trabalha em período parcial ou integral.
3. mãe como relatado na situação 1, exceto pela questão profissional: dedicação integral à situação de cuidados dos filhos.

---

<sup>3</sup> Essa expressão inclui mulheres com diferentes status civil (solteiras, casadas, em união estável, etc.) que estejam em situação de conjugalidade.

4. mulher como relatado na situação 1, exceto pela questão maternal: opção por não ter filhos.
5. gestante em relação conjugal estável, grávida do primeiro filho, independente da situação profissional.
6. mãe com mais de três filhos, independente da situação conjugal, trabalhadora.

A captação destas mulheres foi realizada através de indicações feitas por conhecidos da pesquisadora. Foram entrevistadas seis mulheres mineiras, todas residentes na cidade de Belo Horizonte, de classe média e em consonância com os critérios desenhados previamente. Na ocasião em que foram entrevistadas (entre janeiro e março de 2012), as entrevistadas forneceram as informações esquematizadas no Quadro 1:

Entrevistada <sup>4</sup>	Idade	Filhos	Situação conjugal	Situação profissional
Juliana	32 anos	Bruna, 6 anos Rafael, 3 anos	Casada	Horário parcial
Teresa	41 anos	Raquel, 6 anos	Divorciada	Horário integral
Nina	35 anos	Leticia, 5 anos Sofia, 2 anos	Casada	Dedicação exclusiva às filhas
Patrícia	42 anos	Opção por não ter filhos	Relação conjugal estável	Horário integral
Vanessa	31 anos	Henrique (10 dias) Gestante de 5 meses à época da entrevista	Casada	Horário integral
Carla	37 anos	Eduardo, 9 anos Matheus, 6 anos Vitor e Thiago, 4 anos	Casada	Estudante universitária

**Quadro 1. Caracterização das entrevistadas**

**Fonte: dados da pesquisa**

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das envolvidas<sup>5</sup> e posteriormente transcritas<sup>6</sup>. A realização dos encontros deu-se conforme a

<sup>4</sup> Todos os nomes que aparecem nas entrevistas, de pessoas, lugares ou instituições que possam indicar sua identificação foram suprimidos ou transformados em nomes fictícios.

<sup>5</sup> O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas. Em observância aos aspectos éticos preconizados pela Resolução CNS 196/96, as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado pela pesquisadora, como consta no Apêndice A.

<sup>6</sup> As transcrições seguiram o padrão sugerido por Kock (1997), considerando-se a marcação de certas características da fala. As convenções adotadas encontram-se no Apêndice B.

disponibilidade e conveniência dos sujeitos, sendo que duas entrevistas ocorreram na residência das entrevistadas (Nina e Carla); duas no seu local de trabalho (Juliana e Vanessa); e duas no consultório da pesquisadora (Teresa e Patrícia). As entrevistas tiveram uma duração de cerca de 30 a 60 minutos.

#### **4.1 Procedimentos de análise**

Como forma de realizar uma leitura analítica dos dados colhidos, a pesquisadora elencou a análise de conteúdo, delineada por Bardin (1977) como um importante recurso de análise das formas variadas de comunicação, consistindo em “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.” (BARDIN, 1977, p. 09). No caso do presente estudo, esta abordagem concentrou seu foco “na análise temática de dados, que pode ser entendida como uma das possibilidades derivadas da análise de conteúdo clássica”, conforme esclarece Kind (2007). Esta abordagem permitiu à pesquisadora investigar a questão da maternidade contemporânea em suas múltiplas facetas, contemplando vivências, percepções, singularidades e o cotidiano das mães implicadas na pesquisa.

Os procedimentos de análise foram sistematizados em três momentos distintos, conforme indicado por Bardin (1977): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, acompanhado dos movimentos de inferência e interpretação.

A fase de pré-análise compreendeu uma imersão nas transcrições das entrevistas, por meio da leitura flutuante – denominação conferida por Bardin (1977) –, durante a qual a pesquisadora deixou-se capturar pelo conjunto dos dados. Esse processo inicial de organização dos dados, esse primeiro contato com o texto demanda abertura e intuição por parte do pesquisador para selecionar as partes do conteúdo a serem isoladas e analisadas, tendo em vista as hipóteses e objetivos concernentes ao trabalho. Kind contribui para esse entendimento ao alertar que “quanto mais vezes lemos o material, mais nos deixamos impregnar por ele, facilitando as etapas de identificação de temas e de categorias analíticas.” (KIND, 2007, p. 03).

Após repetidas leituras, passou-se à exploração do material, quando deu-se início ao processo de codificação e categorização dos dados. A partir da leitura seletiva, foram sendo delimitadas unidades de registro ou significação passíveis de serem categorizadas. Em se tratando de uma análise temática, a pesquisadora deteve-se em “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”, conforme enunciado por Bardin (1977, p. 105). O critério estabelecido foi o de relevância em consonância com os objetivos da pesquisa, haja vista seu cunho qualitativo.

Diante desse processo sistemático de categorização, tendo-se como horizonte as várias faces da mãe contemporânea e a diversidade dos sujeitos de pesquisa, foram produzidas seis categorias assim nomeadas: *Culpa, Dedicção, Esgotamento, Normatividade, Transformações, Conflitos e Ambivalências*.

Esses temas foram tratados na última etapa da análise de conteúdo, contemplando a inferência e interpretação dos resultados (BARDIN, 1977) a partir da composição dos objetivos, hipóteses, categorias e unidades temáticas articulados ao referencial teórico da pesquisa (KIND, 2007).

#### **4.2 A diversidade do olhar feminino diante da maternidade contemporânea**

Partindo da premissa de que múltiplos são os processos de subjetivação, referendados no presente estudo principalmente pelo olhar foucaultiano, os resultados apresentados a seguir nos conduzem a acessar as várias faces das mães contemporâneas.

As seis mulheres envolvidas na pesquisa apresentam seus depoimentos sobre como enxergam e vivenciam (ou não, no caso de Patrícia) a maternidade diante de contextos distintos, dada a estratégia intencional de inclusão de sujeitos na pesquisa. Os excertos das falas dessas mulheres expressam, de modo sintético, como elas se colocam diante da pluralidade afetiva e transformadora que permeia a maternidade contemporânea, fazendo sobressair faces de culpa, dedicação, esgotamento; regras, prescrições, mudanças, conflitos e ambivalências. Faces que se misturam, se agenciam e se conectam, formando múltiplos arranjos e combinações, como se a maternidade contemporânea pudesse ser vista através da lente de um caleidoscópio.

A seguir, são expostos os eixos temáticos já mencionados anteriormente, que permitem identificar aproximações e distanciamentos entre os dados produzidos pelo estudo.

#### **4.2.1. Culpa**

O tema da culpa se desvela, na presente análise, como algo natural e inevitável a ser vivido pelas mães. Numa vertente crítico-ontológica de si, parafraseando Foucault (1984/2008), as mães entrevistadas assumem um forte senso de responsabilidade diante dos filhos, tomando para si tudo o que acontece com eles – saúde ou doença, sucesso ou fracasso, erro ou acerto.

A esse senso de responsabilidade soma-se um misto de preocupação e cobrança, conectando as mães a um constante e contínuo “ter que”, seja para assegurar o êxito dos filhos nos mais variados aspectos ou, se falharem, aprenderem a lidar com a situação e o sentimento de culpa que certamente virá.

Eu brinco muito que ser mãe é o exercício da culpa porque a gente é:... do mesmo jeito que é muito gratificante o fa/ a maternidade pesa mais do que a paternidade, do que qualquer outra coisa porque a gente tem que tá sempre preocupada com tudo e tá sempre aprendendo a lidar com que a gente esqueceu, com/ com que aconteceu, porque a gente acha que tem que evitar tudo, que a gente tem que correr atrás de tudo, se os filhos tiverem sucesso é porque a gente conseguiu colocar isso neles, se eles saírem na rua e ficarem gripados no dia seguinte é porque a gente esqueceu a blusa. Então eu/ eu brinco que a maternidade é o exercício da culpa então quando a gente consegue lidar com... ((risos)) a culpa o resto é tudo maravilhoso. (Juliana)

Sempre vem, né, [...] vem culpa de alguma coisa, sempre... ((riso)) Eu acho que ela vem junto com a maternidade assim na mesma bolsa. Vem o neném e a culpa, é, que sempre a gente acha que deixou de fazer alguma coisa ou eles mesmos cobram, né? (Nina)

No olhar dessas mães a culpa é real, certa, fato. Parte integrante, acoplada, indissociável da maternidade, o tema ganha contornos de descontração e leveza através dos risos e das expressões “Eu *brinco* muito que...” (Juliana) e “...ela vem junto com a maternidade assim *na mesma bolsa*.” (Nina). O peso que a palavra culpa carrega (semântico, cultural, religioso) parece ser contrabalançado com a descontração presente na fala destas mulheres.

Para Juliana, a culpa vem como exercício – léxico que indica treino, habilidade, superação: “então quando a gente consegue lidar com... ((risos)) a culpa o resto é tudo maravilhoso.” (Juliana).

Sobre as mães, portanto, recai a culpa de tudo o que possa estar ou dar errado, seja no sentido físico, afetivo, emocional ou educacional. Mas o que chama atenção aqui não é a culpa, até porque “ela vem junto com a maternidade”, segundo Nina. A grande questão é conseguir lidar com ela, o que pode inclusive dar à maternidade um cunho de plenitude.

A culpa “exercitada” pelas mães que trabalham fora de casa reverbera na sua relação com os filhos, favorecendo-os através dos desejos atendidos. Mas no trecho abaixo pode-se perceber um contraponto entre o que a mãe sente como culpa (e a forma como lida com ela) e a culpa que sente a partir do olhar do outro. “Apropriar-se” da culpa e lidar com ela parece ser a chave para lidar com esse sentimento que acompanha a maternidade:

Hoje a mãe trabalhando fora também com é/ com o tal do exercício da culpa fica se sentindo culpada por tudo e querendo atender todos os desejos da criança. O dia que cair a ficha que eu/ que essa culpa é um exercício é uma coisa minha, essa culpa não é de ninguém e se eu aprender a lidar com ela acabou. E aí eu não me sinto mais culpada, o olhar das pessoas num tem nenhum efeito, entendeu? (Juliana).

Esse trecho da fala de Juliana nos permite retomar a dimensão de um “exercício sobre si mesmo”, de um “ocupar-se de si”, tal como foi postulado por Foucault (1984/2004). Longe de explicar uma postura individual, esse cuidado de si conecta-se com a dimensão supostamente universal da “culpa como fato”, exposta pela entrevistada. Quando despida dos risos e descontrações, a atitude de “lidar com a culpa” constitui um movimento de ascese, um *éthos*, nos termos da prática de si foucaultiana.

Ao se apropriar não da culpa, mas do exercício da culpa como algo que pertence a si mesma, Juliana acessa o que Foucault (1984/2003a) denominou de jogos de verdade. Através de uma prática de si, esta mulher reelabora a culpa materna situando-a em uma dimensão reflexiva, o que a possibilita exercitar o pensamento acerca de sua experiência como mãe. Dessa forma, essa experiência se dinamiza em uma prática ascética transformadora do próprio sujeito e da apreensão do seu modo de ser. Como pondera Foucault (1984/2003a, p. 13),

“existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir.”

Desse modo, ao convergir o olhar do outro para si, Juliana se atém sobre o “que pensa e o que se passa no pensamento” (FOUCAULT, 1981-1982/2006). Ao reelaborar a culpa, enxergando-a em um outro viés, Juliana exerce a “dimensão ética da liberdade” (Foucault, 1984/2004, p. 270) que reside no cuidado de si, refletindo sobre sua forma de existir enquanto mãe.

#### **4.2.2 Dedicção**

Das seis mulheres entrevistadas, todas abordaram a temática da dedicção materna, inclusive a que optou por não ser mãe. Podemos perceber, através dos depoimentos colhidos, relatos de priorizção absoluta dos filhos, muitas vezes em detrimento de outros projetos e interesses:

[...] a gente coloca os filhos acima de tudo, né? Então aí você vê que PLANOS que eu tinha e que pra mim eram essenciais hoje eu vejo que aquilo não vai trazer felicidade nenhuma. Que é melhor tá ao lado dos meus filhos [...] ter um emprego que: me dê um tempo pra dar /ter uma dedicção a eles que isso pra mim hoje é o essencial. Eu acho que / que a mãe que quer se dedicar ao filho acaba abrindo mão de alguns planos. (Juliana)

[...] e aí você vai se apaixonando aos pouquinhos, né, com o passar do tempo, você vai vendo como aquele/ como aquela pessoa se tornou tão importante na sua vida, né, e como é que você quer todo o bem pra ela, e como que você deixa de pensar em si, essa é uma coisa assim, impressionante, que acho que os homens não sabem ainda o valor. (Teresa)

[...] ser mãe pra mim tá em primeiro lugar. Tá tudo em torno delas, assim, os interesses tudo que tá me movendo tá em torno delas. (Nina)

Essa face dedicada da mãe contemporânea revela-se antagônica em relação às mães francesas dos séculos XVII e XVIII que deixavam os filhos entregues aos cuidados das amas de leite, denotando indiferença em relação ao filho, segundo análise de Badinter (1985). Ou, segundo Mello (2011), se contrapõe àquelas que eram persuadidas por moralistas, médicos e administradores a desenvolver os cuidados maternos, já que estes eram tidos como um estorvo por elas.

Esses contrapontos vêm confirmar uma mudança expressiva nos modos contemporâneos de ser mãe, especialmente sobre o aspecto da dedicção aos filhos. Na tentativa de compreender o ponto nevrágico da transição entre a

indiferença e a dedicação extrema, encontramos em Collin e Laborie (2009) um divisor de águas: a ideologia rousseuniana do amor materno (1760-1978), que repercute até hoje através de um forte valor atribuído à mãe, vista como aquela que cuida, que zela, que coloca o filho acima de tudo.

Se a dedicação surge como uma das faces da mãe contemporânea, ela parece se apoiar veementemente nessa ideologia, reforçando todo um movimento de idealização e enaltecimento da figura da mãe. Ao se dedicar inteiramente aos filhos, como revelam os dados da pesquisa, as mães contemporâneas demonstram incorporar as marcas de “super mãe” / “santa mãe”, fazendo jus a uma imagem construída e idealizada desde o século XVIII.

Um outro dado a ser analisado para se pensar a face da dedicação é que, segundo Mello (2009), o culto ao amor materno propiciou à mãe expandir sua função biológica para outras áreas como a educacional, social e emocional. Pode-se deduzir daí que essa ampliação da atuação materna levou também a um aguçamento da dedicação (e, conseqüentemente, do surgimento de uma outra face da mãe contemporânea: o esgotamento, a ser analisado mais à frente).

A forma dedicada como as mulheres dessa pesquisa demonstram exercer sua maternidade pode ter raízes também no histórico evento do “feminismo maternalista”, mencionado por Collin e Laborie (2009, p. 134). Se o foco desse movimento era garantir direitos às mulheres que cuidavam da casa e dos filhos, os deveres também precisariam se colocar em evidência. Nesse contexto, a amamentação firmou-se como dever imperioso e absoluto através da *La Leche League*, representando, segundo Badinter (2011), o ponto alto da dedicação: a boa mãe a serviço dos filhos, nutriz e cuidadora em tempo integral. Retomando Venâncio (2007), também encontramos o aspecto da dedicação desde a era do Brasil colônia; uma dedicação institucionalizada, formalizada em um manual, legitimando os cuidados maternos até que o filho completasse sete anos de idade: “durante os primeiros anos de vida dos bebês, todo trabalho pesava sobre a mãe. Assim, a que não assumisse os filhos quebraria as regras da vida social por comprometer a formação do futuro adulto.” (VENÂNCIO, 2007, p. 201).

Ao percorrer esse passado, percebemos através de Collin e Laborie (2009) que a maternidade sempre esteve em pauta nas lutas feministas, representando ora um empecilho à liberdade da mulher (corrente igualitária), ora poder diante dos homens (corrente diferencialista).

Fazer esse breve resgate ao passado no intuito de compreender melhor o aspecto da mãe dedicada nos traz de volta à modernidade proposta por Foucault, descrita como uma atitude, uma ontologia crítica de nós mesmos, “[...] enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa.” (FOUCAULT, 1984/2008, p. 341). Ao historicizar o tema da dedicação, contrapondo os modos de ser mãe no ontem e no hoje, confirmamos a tese foucaultiana de que a modernidade contempla o passado, e contemplar o passado significa, em um viés genealógico, considerar a força e a conjunção dos acontecimentos (FOUCAULT, 1971/2012).

Com as conquistas feministas, as mulheres se viram livres de algumas amarras mas, paradoxalmente, ficaram presas à missão da dedicação. Se a entrada no mercado de trabalho foi uma importante meta a se contrapor ao trabalho de “dona de casa”, hoje é a dedicação aos filhos que parece se sobressair à realização profissional. Isso se confirma na fala de Juliana, que abriu mão de alguns planos para se dedicar aos filhos, optando por trabalhar em horário parcial; e na fala de Nina que, ao colocar a maternidade em primeiro lugar, deixou o trabalho para se dedicar inteira e exclusivamente às filhas. Esses dados coincidem com o que foi apurado na já mencionada pesquisa de Lima (2005) envolvendo mulheres de camadas populares que têm a criação dos filhos como algo central na sua vida.

No presente trabalho, a face da mãe dedicada parece entrar em conflito com o da profissional dedicada, que tenta equilibrar o afeto e afimco empreendidos na maternidade com o trabalho:

Se for pensar na minha dificuldade (Juliana) da maternidade contemporânea é conseguir o equilíbrio da dedicação no lar e da dedicação profissional. (Juliana)

[...] pretendo trabalhar até o último minuto pra consegui ficar com ele o maior tempo possível (Vanessa)

Cabe aqui retomarmos Badinter (2011) e sua reflexão sobre o antagonismo estabelecido entre os desejos de mulher e os deveres de mãe, tão ressaltados na pesquisa pelo que mostra a face da dedicação. Chama atenção também o dilema colocado pela autora da maternidade *versus* liberdade em um contexto hedonista, claramente situado por Patrícia na sua posição de não-mãe. A entrevistada faz uma

crítica veemente às mulheres que passam a maior parte do dia no trabalho, “terceirizando” os cuidados dos filhos junto a babás ou escolas. Se ela fosse mãe, pondera Patrícia, a situação seria diferente:

Olha, eu vou te falar das mães de hoje, que é a maioria das mulheres que tem que trabalhar oito horas ou até mais por dia. Eu tenho dó delas, sabe? Eu acho que se eu tivesse um filho eu ia querer NO MÍNIMO ou ser autônoma ou trabalhar no esquema de meia hora. Eu não acho que... uma mãe que fica oito horas por dia dentro de um escritório e depois tem mil outras atividades que deixa o filho com a babá ou na escolinha... ela... cumpre o papel de mãe, mas... não vamos ser também utópicas, né, é o *que acontece hoje*. Eu não gostaria de ser uma mãe assim, sabe? Uma coisa que é fato, que se eu tivesse um treco, vou ter um filho de todo jeito seria isso, me/ me embasar pra ter condição de dedicar NO MÍNIMO metade do meu dia e a noite inteira pra isso... e não ficar essa coisa aí, cê ter a correria, acorda com o filho, nem viu o menino direito, dá uma comidinha já despacha põe na escolinha, depois enfia ele em MIL atividades, né? (Patrícia)

Apesar da posição convicta em não ser mãe, Patrícia coloca essa possibilidade como hipótese, caso venha a ter “um treco”. No seu exercício de imaginação, a entrevistada vislumbra um cenário bastante convencional da maternidade, em que o tema da dedicação aos filhos surge mais uma vez com destaque. Embora veja com naturalidade o fato de não querer ser mãe, Patrícia recrimina as mães que comprometem a dedicação dos filhos em função de trabalharem fora. Há um certo contraponto, então, entre a atitude não convencional de escolher não ser mãe (percebida por ela como algo natural) com a atitude convencional de dedicar mais tempo dos filhos.

#### **4.2.3 Normatividade**

Seguir preceitos, regras, estar “dentro da normalidade” é algo que se mostra presente na fala dos sujeitos de pesquisa, com exceção de Patrícia. Na visão das cinco mães entrevistadas, a maternidade é o caminho “natural”, primeiro grande preceito a ser seguido. Há uma questão cultural muito forte ligada à maternidade. Para Carla, cuja fala ilustra essa naturalização da maternidade, ser mãe é algo inerente à vida de toda mulher, algo que ela aprendeu desde cedo, herança viva das suas raízes:

[...] é a realidade, desse interior que eu venho, que é uma cidade do interior de Minas Gerais, é uma cidade pequena, uma cidade que: tem um/ uma grande população mora ainda em zona rural, não tanto hoje, mas no período que eu era criança, isso acontecia, era mui/ era muito mais e:: e a gente viveu num contexto muito família, eu sempre vivi em contextos em que a família sempre foi muito valorizada mesmo vivendo parte em zona rural da minha vida, da minha infância e outro momento é: na cidade. Então isso sempre foi trazido, eu sempre cresci com isso, com esses ensinamentos: “tem que estudar, tem que crescer, tem ser criANça, tem que estudar:, tem que arrumar/ namorar, arrumar um marido, casar e ser mãe”. É o ciclo natural... (Carla)

É possível inferir, pelo depoimento de Carla, que o que ela percebe e defende como “natural” é visto, neste trabalho, como um conjunto de convenções sociais preconizadas para o universo feminino. Ao lado da naturalização, ganha destaque a normatização pontuada pelo imperativo da locução verbal: “tem que estudar, tem que crescer, tem que ser criança, tem que estudar, tem que namorar, arrumar um marido, casar e ser mãe.”

Na fala de Carla, essas prescrições ou “ciclo natural” compõem um inevitável destino social marcado pela maternidade. Uma das possibilidades marcadas pelos movimentos feministas é que as mulheres só se tornam mães se quiserem. É o que confirmam Collin e Laborie ao discorrer sobre o primeiro grande movimento feminista, pautado principalmente na defesa da contracepção e do aborto: “as mulheres se apropriam mais do que nunca dos seus próprios corpos, assumindo sua escolha, decisão, autoridade e poder diante da maternidade.” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134)

Pelo depoimento de Carla, a decisão de ser mãe parece ter vindo “de fora”, dos valores e ensinamentos transmitidos como tradição familiar, interiorana, numa apreensão normativa da maternidade. Já para as feministas da corrente igualitária, segundo Scavone (2011), a “norma” que condicionava a mulher a ser mãe era duramente combatida, numa tentativa de desconstruir o biologicismo reducionista que determinava às mulheres o lugar de gestante, parturiente, puérpera e nutriz, confinando-as ao espaço privado e conseqüentemente ausentando-as do espaço público.

Em se tratando de Carla, as normas apreendidas e todos esses processos relacionados à reprodução biológica parecem ganhar um contorno acentuado de tradição, tendo-se em vista a cidade do interior de onde ela vem. Assim como na época do Brasil colonial, em que, de acordo com Figueiredo (2007), os casamentos

tenham como premissa natural a vinda dos filhos, para Carla essa também é uma verdade que ela associa às suas raízes histórico-geográficas: “[...] é a realidade, desse interior que eu venho [...]”. Seria esta também a mesma realidade percebida por mulheres de trajetórias urbanas, às voltas com uma dicotomia mais nítida e ao mesmo tempo ampla, diversificada, entre o público e privado, considerando-se especialmente a influência do mercado de trabalho?

Contemplando possíveis diferenças na forma de apreender a maternidade, o aspecto normativo parece ainda prevalecer. Retomando novamente os ideais feministas expostos por Scavone (2011), o depoimento de Carla parece encontrar sintonia na corrente diferencialista que, ao invés de negar a maternidade, a valoriza como parte importante da história e identidade feminina.

Já na visão de Patrícia, engravidar não tem que ser uma regra. Ao ser questionada se é uma não-mãe convicta, ela respondeu que “sim, absolutamente; convicta e tranquila, sem achar que sou uma pessoa anormal”. Com uma argumentação combativa, Patrícia emite sua posição diante de perspectivas que naturalizam a maternidade como missão das mulheres.

Eu acho anormal a mulher que me acha uma aberração por não querer ter filho porque se/ acha que uma mulher não se/ não é completa se não for mãe. Eu tenho DÓ de uma pessoa que pensa assim porque/ dela e do filho dela, porque ela transfere uma carga prum/ prum ser que nem nasceu ainda da frustração que ela tem com ela própria. Eu não tenho isso, sabe? Por exemplo, eu fui visitar semana passada um nenenzinho de um grande amigo, fui levar meu presente, essas coisas normais, sou uma pessoa normal ((riso)). E na hora que ele me deu para pegar, tão pequenininho, me deu uma agonia assim, eu peguei com todo carinho, cuidado e etc., mas não é aquele negócio que eu fico à vontade ali, achando tranquilo, entendeu é... sei lá... eu ainda brinquei com ele, é, que o nenenzinho começou a rir para mim, eu falei: “Não adianta, eu não quero um desse (lá) pra mim, isso é fato”. ((risos)) (Patrícia)

Patrícia ri de sua própria afirmação, “sou uma pessoa normal”, como se fosse necessário justificar: “escolho não ser mãe, mas sou normal”. Em contrapartida, a entrevistada considera “anormal a mulher que me acha uma aberração por não querer ter filho.” Na forma convencional ou antônima, o adjetivo é colocado mais de uma vez, enfatizando a escolha dessa mulher em não ser mãe, sem precisar se sentir incompleta. Na visão de Patrícia, as mulheres que se sentem assim são dignas de dó: estão na verdade transferindo uma carga de frustração para o filho. Nesse trecho da entrevista, ressalta-se outro argumento: apesar dos sorrisos de

bebê e do cuidado que ela é capaz de dispensar, simulações de experiência materna, esses elementos não a capturam.

Patrícia nos convida a pensar a dimensão da maternidade como “exercício” que se aprende e pratica através de ações tipicamente maternas, como pegar no colo, carregar, brincar, rir e interagir através do afeto. Ao fazer algo “normal” (“visitar um nenenzinho de um grande amigo, fui levar meu presente, essas coisas normais, sou uma pessoa normal”), Patrícia se vê diante do estranhamento e desconforto de lidar com um bebê, o que para outras mulheres – especialmente as que escolheram ser mães – pode ser algo pleno de sentido e familiaridade.

Nas suas “simulações maternas”, ainda que não muito à vontade, Patrícia reconhece (e por isso ri e se contrapõe) que segurar o bebê, brincar, capturar afeto condizem com um “exercício da maternidade” a qual ela não se sente integrada. O desconforto percebido com essas práticas tão maternas sinaliza a confirmação de uma escolha que exclui, para essa mulher, a possibilidade de vir a se tornar mãe.

Ao se deparar com o (difícil) “exercício da maternidade”, Patrícia acaba praticando um “exercício sobre si mesma”, o que também significa, em um viés foucaultiano (1984/2004), conhecer-se a si mesma. E a esse processo corresponde conhecer ainda “um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições.” (FOUCAULT, 1984/2004, p. 269).

Diante das pequenas ou grandes ações que envolvem o “exercício da maternidade”, Patrícia apura a relação consigo, avaliando seus sentimentos e posturas em relação às práticas maternas com as quais ela teve que se deparar, casualmente. A relação do sujeito consigo mesmo levou Foucault (1984/2003a, 2003b; 1981-1982/2006) a refletir sobre a subjetividade, concluindo que essa importante atividade consagrada a si mesmo “não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social. E isso, em vários sentidos.” (FOUCAULT, 1984/2003b, p. 57).

Mesmo diante do bebê que ri para ela, Patrícia não se deixa tomar pela ideia da maternidade, colocando-se com firmeza e ao mesmo tempo descontração: “Não adianta, eu não quero um desse (lá) pra mim, isso é fato. ((risos))”. Ao se pronunciar assim, a entrevistada segue praticando o cuidado de si. No olhar de Foucault (1984/2003b), esse movimento ascético não representa uma atitude egoísta, mas plena de alteridade, desvelando-se em uma forma de se conduzir na vida e na

relação com o outro, configurando “uma intensificação das relações sociais.” (FOUCAULT, 1984/2003b, p. 58).

Gestante de cinco meses à época da entrevista, Vanessa expõe não só a face da normatividade que acompanha a maternidade contemporânea, mas sobretudo de uma normatividade assentada no êxito, na realização de ver a prescrição se executar. A gestante se recorda com alegria da emoção que foi ler o resultado positivo do exame de gravidez depois de planejá-la à risca. Pelo seu depoimento, é possível perceber que o fato de tudo ter saído conforme o programado aumentou o encantamento e entusiasmo inerentes à sua ideia de maternidade.

(...) eu sempre tive a certeza que queria ser mãe, eu NUNca::, em momento nenhum:: pensei em não ser (...) a gente programou, a gente tava no exterior e já começamos a programar com um mês de antecedência então a idéia era que quando a gente voltasse já estivesse grávida... no: momento que a gente decidiu, que eu decidi parar de tomar o anticoncepcional a gente saiu, fomos comemorar e aí a gente gravou um vídeo. E: eu falei nesse vídeo que quando eu descobrisse que tava grávida eu queria a minha família toda e a dele reunidos lá em casa pra gente poder passar esse vídeo e nós conseguimos fazer exatamente isso. Quando a gente voltou de viagem, no mesmo mês a gente descobriu que eu tava grávida. Foi na viagem... e aí era a viagem dos nossos sonhos, foi fantástico aí a gente voltou e quando nós voltamos a gente:/ no primeiro dia de atraso eu já f/ corri pra fazer o exame ((risos)) e aí deu positivo. Eu já tava sentindo, mas achei que pudesse ser psicológico também, né? E deu super alto, tinha/ tava gravidíssima e tudo aí gente esperou o final de semana, reunimos todo mundo, ninguém não desconfiava de nada e aí a gente passou o vídeo, foi um:/ nossa foi uma surpresa pra todo mundo. Foi/ foi maravilhoso. (Vanessa).

Para Vanessa, não bastaria viver a alegria da concretização, das expectativas tão bem correspondidas, sendo preciso registrá-la em um vídeo a ser compartilhado com toda a família. Invocamos aí o “prazer da lembrança”, explorado por Spink (2010, p. 25) em seu estudo denominado “álbuns de bebê”. Rose (2001) também aborda a memória situando-a como elemento importante nos agenciamentos do sujeito com suas lembranças, histórias, vivências e conexões: “a memória que temos de nós próprios como um ser com uma biografia psicológica, uma linha de desenvolvimento da emoção, do intelecto, da vontade, do desejo [...]. (ROSE, 2001, p. 151).

Um outro aparato mnemônico perfaz o relato de Vanessa, aludindo ao conjunto de lembranças e memórias compartilhadas que a maternidade exige. Nesse caso, porém, o “prazer da lembrança” (SPINK, 2010) vem por antecipação

através dos exames de ultrassom. E, antes de causarem prazer, é importante salientar que despertam medo e apreensão em relação a possíveis anomalias e procedimentos que afetem a saúde do bebê, situando-o fora de um padrão esperado.

Os momentos que eu mais tive medo até agora foram os ultrassons. Aquele ultrassom que você descobre se tem alguma anomalia, se tem algum problema grave, então quando:: a gente vai fazer o ultrassom a gente para até de respirar, que cê fala “Nossa, que eu preciso ouvir o coraçãozinho bater” ((risos)) então eu vejo que eu fico aflita e ele também e na hora que a gente vai ouvir o coração e a gente fica naquela tensão e todos os ultrassons é um/ é muito legal que a gente nunca foi sozinho, nós dois, sempre minha mãe tá presente, minha sogra tá presente e as minhas irmãs normalmente uma ou outra também, então os ultrassons, eles dão/ as/ o médico até brinca “Ah, vão montar arquibancada aqui” ((risos)) (Vanessa).

Da tensão inicial, vem alívio de ver o filho se movendo na tela do monitor com todos os órgãos no lugar, peso adequado, líquido amniótico em condições normais, entre outros sinais de desenvolvimento atestados pelo médico. Posteriormente ao exame, as imagens gravadas ou impressas permanecem no tempo como registro mnemônico permeado de afeto. Spink (2010) afirma ser esta uma questão muito mais emocional do que documental, performatizando a vida dos filhos antes mesmo de seu nascimento “para transformá-los em cabedal de lembranças felizes.”, nas palavras de Martin-Fugier citado pela autora (2010, p. 47).

Além de contar com a família nos momentos de alegria e tensão, recebendo o alento e apoio necessários, Vanessa elenca um variado leque de opções oferecido às gestantes, de cunho informativo e normativo:

Então cê tem uns cursos que cê vai fazer eu já tô com um curso de gestante marcado pra mês que vem, cê tem onde buscar informação, a gente tem informação na internet cê corre atrás, cê vê eu tenho um site que eu cadastrei eu recebo semanalmente é:: tudo que a gra/ grávida deveria estar sentindo. é o guia do bebê e aquilo coincidentemente ou não eu tenho, a maioria deve passar por isso também, mas eu tenho passado por cada situação daquela que eles me mandam, sabe. Então é interessante porque aí você já olha... perai deixa eu ver como eu vou estar daqui a uma semana. (Vanessa)

O que a mãe deve sentir, o que a mãe deve fazer, como deve agir. Pelo que se percebe aqui, a normatividade presente no “ter que” ou “deixa eu ver como eu vou estar daqui a uma semana” traduz o impacto causado pelas ontologias psi na subjetividade, conforme articulado por Rose (2001) ao refletir sobre “a exigência para que a gente seja um certo tipo de eu” (p. 165). Sem falar na dimensão mimética

que impulsiona as conexões entre a constituição do sujeito e as ontologias psi, resultando em um “devir colocado em ação na contínua interação entre a cópia e aquilo que é copiado”, conforme explica Taussig citado por Rose (2001, p. 165).

Em relação ao curso agendado por Vanessa, como exposto anteriormente, Balestrero e Polity (2008) questionam a proliferação dos cursos de gestante e sua inflexão no caráter informativo, sua ênfase na execução correta de práticas. De acordo com as autoras, a ênfase na informação sobre as “práticas corretas” acaba por suscitar dúvidas na execução adequada do “como fazer”, ou no “como ser mãe” ao desempenhar tais práticas. Nesse cenário marcado pelas ontologias psi, faz-se pertinente retomar as críticas de Rose (2001) em relação à “exigência para que a gente seja um certo tipo de eu” (p. 165), através de um “copiar recorrente” que possibilite às mães seguir o que está sendo dito e prescrito.

O aspecto da normatividade se junta ao da dedicação, muitas vezes trazendo culpa quando as coisas não saem exatamente conforme o planejado. O resultado é a sinalização, por parte dos sujeitos de pesquisa, de uma outra face da mãe contemporânea: o esgotamento, próximo tema a ser discutido.

#### **4.2.4 Esgotamento**

Diante de tantas prescrições, dedicação e responsabilidade (muitas vezes convertida em culpa), as mães entrevistadas revelam a face do esgotamento. Seja no puerpério, na gestação ou em uma fase em que as crianças já estão mais crescidas, como no caso de Carla, percebe-se um desgaste físico, mental e emocional:

[...] não existe sábado, domingo nem feriado...Não dormia, não dormia, eu quase enlouqueci, assim de cansaço... (Nina)

A gente tem que administrar:: médicos, exames, coisas que não eram rotineiras no/ no meu dia-a-dia e que eu tenho que administrar isso durante horário de serviço e tentar: em algumas situações tento fazer algumas/ alguns procedimentos no final de semana mesmo, é cansativo, a gente fica mais cansada... a gente fica mais vulnerável... mais estressada... mas a gente/ eu tenho conseguido administrar bem isso, não sei daqui pra frente ((risos)) (Vanessa)

Eu precisava de algo para me apegar porque eu tava vendo/vivendo um terço porque tava me exigindo demais, eu tava sobrecarregada e tudo/ a maioria das coisas relacionadas as crianças quem resolvia, quem resolve sou eu. Então meu marido muito presente em todas as/ as solicitações até as não solicitações elas sempre foram atendidas, mas é:: tinha algo que

escapava, tinha algo que escapava e que eu precisava de estar longe deste ambiente para eu conseguir reorganizar, elaborar coisas que eu conseguisse sobreviver neste ambiente. Eu tinha que sair buscar coisas pra dar condições que eu retornasse porque em muitos momentos dependendo a situação que eu vivia, eu tinha vontade de sair e de não voltar em função da sobrecarga, do desgaste emocional, do desgaste físico. (Carla)

De certa forma destoante das outras falas, o tom é de gravidade quando Carla expõe sua “face de esgotamento”. Através da fala dessa mãe, fica nítido que ela precisou de um tempo e de um espaço para elaborar sua experiência da maternidade ou, como diria Foucault, cuidar de si (1984/2004). O desgaste físico e emocional vivido por Carla impõe a ela, mais que um distanciamento, um deslocamento do lugar de mãe. Questão de “sobrevivência”.

Mesmo com toda a sobrecarga, as outras mães entrevistadas parecem tratar o assunto com naturalidade, como sendo algo que faz parte e que as aproxima dos filhos, reforçando o aspecto da dedicação apontado na pesquisa. Nina, por exemplo, fez a opção por não ter babá para ajudá-la com a primeira filha, motivada pelo desejo de “descobrir” a criança, por ela mesma:

Quando Letícia nasceu eu tava trabalhando numa confecção e aí eu tinha feito um projeto, eu morava em uma grande capital brasileira sem ninguém da minha família, sem nenhuma ajuda e quando eu fiquei grávida, eu me programei assim... o ano inteiro... eu disse não, eu vou ficar um ano com a Letícia, porque eu não quero ter babá, eu quero descoBRIR minha filha, eu quero ver como é que é, EU quero fazer, EU quero. E aí na hora que ela nasceu eu levei um susto porque assim ((risos)), era muito difícil e não dependia da/ de toda boa vontade que a gente tem, né? (Nina)

Chama atenção na fala de Nina a forma enfática e acentuada como ela usa o pronome pessoal “eu” para expressar seu desejo em experimentar, sem mediação, a experiência da maternidade. Confirmando o paradoxo colocado por Rose (2001), o *eu* individualizado, interiorizado, fixo e universal parece ainda dar sinal de vida através da categorização estanque de certos *eus* – o “eu-mãe”, “eu-pai”, “eu-filho”... Contrapondo-se a uma dimensão plural e diversificada da constituição do sujeito, endossada pelos teóricos sociais, o depoimento de Nina reforça a dimensão individual, totalizada e unificante do *eu*. Retomando as discussões feitas por Rose

(2001), essa dimensão situa-se no plano dos anseios, realizações e busca de identidade.

Diante do “susto”, Nina acabou mudando de planos e contratou uma pessoa para ajudá-la quatro vezes por semana, na época em que morava fora. Quando veio a segunda filha, já em Belo Horizonte, num momento que culminou com a renúncia à vida profissional, veio também a necessidade de um suporte em casa:

Dois meses sem ajuda e:: aí agora no mês de janeiro eu consegui uma pessoa pra vir duas vezes por semana, à tarde, pra eu poder respirar, mas:: é muito intenso, é muito intenso, agora o dia passa voando, né, faz um milhão de coisas o dia inteiro. (Nina).

Como se pode ver pela fala de Nina, o fato de renunciar ao trabalho fora de casa não implicou em diminuição do trabalho dentro de casa, vivenciando uma rotina intensa de cuidados com as filhas; daí a necessidade de contratar uma pessoa. Esmiuçando a decisão dessa mãe em suprimir a vida profissional para se dedicar inteiramente à maternidade, nos cabe deter um pouco mais sobre esse movimento de renúncia. Num movimento contrário ao das feministas que lutaram para ingressar no mercado de trabalho (BADINTER, 2011; COLLIN; LABORIE, 2009; SOUZA, 2013), Nina “renuncia ao cargo”, evidenciando mais uma vez o peso da dedicação aos filhos na maternidade. Podemos inferir, com isso, que passa a haver uma transferência das relações de poder no âmbito profissional para o familiar e doméstico.

Nesse contexto, faz-se também sentir o peso do esgotamento. Para Nina, ter uma ajudante duas vezes por semana, no turno da tarde, é colocado como questão de sobrevivência, função vital: “[...] pra eu poder respirar [...]”

No caso de Carla, o número de filhos e a condição financeira tornaram inquestionável a necessidade de contar com um apoio nesse sentido. Apesar de toda a ajuda, no entanto, a entrevistada manifesta a importância de se fazer próxima e presente na vida dos filhos:

Eu tenho uma babá que me ajuda, hoje eu tô com uma babá, mas eram duas babás que/ que/ que moravam/ que trabalhavam aqui em casa e uma morava, uma ficava exclusivamente de segunda a sexta dormindo, tinha uma outra que dava suporte diário e no final de semana tinha uma outra que entrava. Então eu tinha pessoas me ajudando o tempo todo. Nunca tive, graças a Deus, e a gente teve uma condição financeira pra... poder

organizar isso porque senão não seria fácil, porque eu não ti/ não tenho ajuda de família aqui, a família do meu marido mora aqui, mas tem as/ as coisas que são relacionadas as/ a vida deles, então eu acho que eu não conseguiria é:: conciliar o cuidado das quatro crianças com qualquer outra coisa, diferente disso, que eu viesse a fazer externamente. Então a gente consegue conciliar tudo com a ajuda/ eu tenho uma pessoa que me ajuda na organização da casa e uma pessoa hoje que me ajuda com as crianças, fica mais direcionada com as crianças, me ajudando com o para-casa deles, é... nas atividades que eles têm, que são aqui próximas, ela leva ela busca quando eu não posso, né, mas a maioria das vezes eu tento estar presente. Quando eu posso é eu que busco é eu que levo e o meu marido, a gente faz QUESTão na verdade de/ de/ de estar lá com eles, de mostrar, olha “seus pais estão presentes, a gente faz questão de estar aqui, de buscar”, até mesmo questionamento de um dos filhos “porque que vocês não deixam a gente ir com o escolar”, aí nos falamos “que não, que enquanto nos puDERmos levar, buscar, isso não é problema pra gente porque nós gostaríamos de estar próximo deles”, então com relação a/ a estrutura é das ajudantes, eu tenho essa estrutura que me dá condições de sair e fazer coisas diferentes do mundo mãe, do mundo exclusivamente mãe.

Apoio, ajuda, suporte e estrutura são palavras que integram um modo de subjetivação materna importante, que se percebe por Carla. Não se trata, aqui, de enviar os filhos para amas de leite, como acontecia no passado historicizado por Badinter (1985) nem para a casa das avós, o que confirma a “ausência das figuras femininas importantes na escala familiar”, segundo Balestrero e Polity (2008, p. 118). Trata-se da díade mãe-e-babá que, apesar de não configurar uma experiência universal, revela-se aqui como um modo importante de construção da maternidade.

No trecho extraído da fala de Carla, a palavra *ajuda* aparece seis vezes, ilustrando a forma como essa mãe refere-se à relação presente na díade. Semanticamente, *ajuda* quer dizer “auxílio, amparo, socorro”; em um sentido mais corriqueiro, denota “favor que se presta a alguém, obséquio”. Como antônimos, traz os verbetes “abandono, omissão”. (HOUAISS; VILLAR, 2009). A partir desses elementos, a marcante face do esgotamento auferida na pesquisa encontra paralelo na também marcante forma como essa mãe pede “ajuda”, e como também sente-se desamparada quando não tem a quem recorrer para auxiliá-la com os filhos. Aliás, é porque não pode contar com a ajuda da família (sua ou a do marido) que Carla busca o suporte da babá (sentindo alívio por ter condições financeiras em fazê-lo). Pode-se delinear, portanto, um componente afetivo, emocional que permeia essa relação profissional. Isso talvez explique a maneira difusa como Carla começa a falar do assunto: “Eu tenho uma babá que me ajuda.” A posição da entrevistada nos leva a perguntar: ajuda exatamente a quê? A ser mãe? A “conciliar tudo?” A ter

“condições de sair e fazer coisas diferentes do mundo mãe, do mundo exclusivamente mãe”?

Não obstante todo o esquema montado e organizado para que Carla tivesse ajuda o tempo todo (“babá que trabalha; babá que mora; uma de segunda a sexta, dormindo; outra dando suporte diário; outra entrando no final de semana”), as funções parecem se misturar em uma difusão de cuidados e responsabilidades entre a mãe e suas ajudantes: “[...] me ajudando com o para-casa deles, é... nas atividades que eles têm, que são aqui próximas, ela leva ela busca quando eu não posso, né, mas a maioria das vezes eu tento estar presente.” Por esse trecho, pode-se inferir que as ajudantes entram em cena quando a mãe não está presente; por outro lado, Carla adota uma postura diante dos filhos de estar próxima e presente sempre que possível, fazendo ainda questão de mostrar isso a eles: “quando eu posso é eu que busco é eu que levo e o meu marido, a gente faz QUEStão na verdade de/ de/ de estar lá com eles, de mostrar, olha “seus pais estão presentes.”

Um outro ponto importante a ser ressaltado, e que condiz com a afetividade que parece se estabelecer nessa relação de *ajuda*, é o nível de proximidade gerado por um trabalho que também abarca a pessoalidade do dormir e morar na mesma casa, integrando-se (a babá) efetivamente na rotina da família.

A díade mãe-e-babá parece sugerir, portanto, uma pluralidade fluida e dinâmica, movida por um complexo sistema de agenciamentos. Assim a subjetividade foi delineada por Rose (2001) em consonância com Deleuze, sendo tomada muito mais pelo que o indivíduo pode fazer do que o que ele é. E o que ele faz – consigo mesmo e diante da alteridade que o cerca – está imbricado, como no caso de Carla, em um complexo sistema de relações, forças, práticas e conexões que dão o tom da subjetividade materna.

Assim como o esgotamento compõe uma das faces maternas, conforme expresso acima, outros conflitos e ambivalências permeiam este universo, tornando ainda mais plural a subjetividade das mães contemporâneas.

#### **4.2.5 Conflitos e ambivalências**

Ao lado da felicidade, alegria, realização e plenitude que compõem a experiência da maternidade contemporânea, manifestam-se também outras esferas

emocionais detectadas na presente pesquisa: medo, preocupação, tristeza, aflição, desespero, frustração.

Para Juliana, o nascimento da filha provocou um forte antagonismo representado pelos sentimentos de felicidade imensa, “desconhecida até então” e de um desespero também imenso. Aqui mais uma vez os risos se sobrepõem ao aspecto negativo mencionado (desespero), e o exercício da responsabilidade surge como solução do conflito.

Quando nasceu aí foi uma:... altos e baixos assim até adaptar [...] e aí nesse período eu tive momentos de imensa felicidade... desconhecida até então e momentos de imenso desespero ((risos)) mas que eu procurava pôr a cabeça no lugar e voltar já.../já pro exercício da responsabilidade. ((risos))  
(Juliana)

Aqui mais uma vez Juliana demonstra exercitar a maternidade através do cuidado de si, da ascese, do ocupar-se de si mesma em uma experiência que não nasce pronta, mas que é “modificadora de si no jogo da verdade”, como propôs Foucault (1984/2003a, p. 13). Diante da experiência prática da maternidade, Juliana fala de uma adaptação, elaborando-se a si mesma em um processo foucaultiano de transformação, práticas de liberdade e apreensão do modo de ser materno.

Ser mãe, portanto, condiz com um aprendizado constante, permeado de ajustes e reformulações. Quando Juliana problematiza a si mesmo como mãe, refletindo sobre sua culpa, dedicação, felicidade e desespero, ela também problematiza o universo que habita, submetendo-se a um conjunto de práticas que Foucault chamou de “artes da existência”: “[...] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar [...]” (FOUCAULT, 1984/2003a), obtendo um ganho evidente de autonomia para a sua vida, no que complementa Adverse (2010).

O exercício da responsabilidade prevalece, na fala de Juliana, como ascese necessária para contrabalançar seus momentos de imenso desespero, colocando “a cabeça no lugar [...]” ao ocupar-se de si e refletir sobre o seu modo de ser mãe.

O depoimento de Juliana nos conduz não só ao dado do contraponto emocional, mas a uma ideia de barganha que envolve esse contraponto. Em outras palavras, o que essa mãe nos mostra é que a felicidade advinda da maternidade é inédita, imensa e plena, porém há um preço a se pagar por ela.

Depois que a gente tem filho a gente não coloca a cabeça no travesseiro e dorme TRANquilamente, né? Cê não... resolve que cê vai fazer uma cirurgia plástica e entra no bloco cirúrgico mais assim, como se você não tivesse nada a perder. Então, ao mesmo tempo que a gente tem uma felicidade IMENsa na vida da gente traz junto uma série de... é... preocupações que faz é essa felicidade ter um peso, né e ter algo em troca. Aí então a gente tem que aprender a lidar com essas duas coisas, ao mesmo tempo que é uma felicidade muito grande você também tem muita responsabilidade, tem muita preocupação, então não é uma felicidade gratuita. (Juliana)

A inquietude compartilhada nesse trecho denota elementos de um *eu* narrativo que parece não se conter no invólucro corporal da mãe, confirmando Rose (2001) na sua posição de historicizar o corpo diante dos múltiplos agenciamentos que permeiam a subjetividade:

“[...] um corpo não é ‘o corpo’, mas apenas uma relação particular, capaz de ser afetada de formas particulares. Trata-se de uma questão de órgãos, de músculos, de nervos, de aparelhos que são, eles próprios, enxames de células em troca constante entre si, ligando e separando, morrendo, reconfigurando, conectando e combinando, onde o lado de fora de um é, simultaneamente, o lado de dentro de outro. [...] Esses agenciamentos não são delineados pelo envelope da pele, mas ligam o “lado de fora” e o “lado de dentro” - visões, sons, aromas, toques, coleções - juntando-os com outros elementos, maquinando desejos, afecções, tristeza, terror e até mesmo morte. (ROSE, 2001, p. 156-157).

Ao se constituir, como discorre Rose (2001), em “um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições, práticas” (p. 153), Juliana “leva seus filhos consigo”, seja para a cama ou sala de cirurgia. No relato dessa mulher, o exercício da maternidade supõe os filhos como uma extensão sua.

Pelo relato de Teresa, pode-se perceber o quanto os sentimentos em relação à filha foram vividos de forma ambivalente, culminando em uma depressão pós-parto. A nova rotina experimentada a partir do nascimento da filha entrou em choque com o que foi idealizado dessa experiência.

E aí quando ela nasceu eu não sabia o que fazer com aquele neném, uma menina linda, fofa, né, o pai apaixonado e eu tive uma mistura de sentimentos, ao mesmo tempo que eu achava aquela coisa assim, mais divina, né, uma bênção eu ter conseguido realizar, eu morria de medo, de não saber cuidar e encaminhá-la. E esse conflito me levou a depressão, foi pouco tempo, né, eu fiquei uns dois meses mais ou menos oscilando um pouco mais o humor, até na época eu fazia terapia e a minha terapeuta me indicou fitoterápicos, aí no finalzinho eu acabei tomando ainda o medicamento para melhorar um pouquinho a ansiedade, né... mas foi um momento assim, difícil de lidar, porque eu não conseguia entender porque

que uma coisa que era tão importante na minha vida, que era o meu sonho ao mesmo tempo me deixava tão é... em dúvida, com tanto medo, com tanto receio, e aí eu fui tentando equilibrar essas emoções e os cuidados com ela porque o medicamento equilibra, né, logo depois eu voltei a trabalhar, então eu acho que você acaba pensando em outras coisas e melhorou, quer dizer a depressão foi embora e eu comecei / aquilo que eu falei, a aprender a olhar a minha filha com esse amor incondicional. (Teresa).

O relato de Teresa desvela uma mãe que precisa de medicamentos para se fazer. Ao vivenciar uma mistura de sentimentos antagônicos que culminou em um quadro de ansiedade e depressão, essa mãe precisou olhar para si, apoiando-se em uma necessidade concreta de recompor seu equilíbrio, através dos fitoterápicos e ansiolíticos.

Nesse momento da análise a face da normatividade parece adentrar à dos conflitos e ambivalências, na medida em que esse equilíbrio buscado por Teresa parece encerrar algo da ordem do prescritivo. Diante do desequilíbrio, Teresa se vê empenhada em fazer por onde se reequilibrar, deixando transparecer que há um ideal de mãe (equilibrada) a ser seguido. Sustentando essa narrativa em Rose (2001), encontramos a seguinte reflexão:

“[...] a relação consigo mesmo é, ela própria, dobrada em termos terapêuticos – problematizando a si mesmo de acordo com os valores da normalidade e da patologia, diagnosticando nossos prazeres e desgraças em termos psi, buscando retificar ou melhorar nossa existência cotidiana por uma intervenção em um "mundo interior" que temos dobrado como sendo tanto fundamental para nossa existência como humanos quanto, entretanto, tão próximo à superfície de nossa experiência do cotidiano. (ROSE, 2001, p. 165).

Indo mais além, percebe-se que, para Teresa, o equilíbrio parece estar associado não só ao seu bem-estar psíquico e emocional, mas à possibilidade desejada de viver pela filha um amor incondicional: “o medicamento equilibra, né, logo depois eu voltei a trabalhar [...] quer dizer a depressão foi embora e eu comecei / aquilo que eu falei, a aprender a olhar a minha filha com esse amor incondicional.”

Um outro aspecto relevante dessa face conflitante da maternidade diz respeito ao medo sentido em relação ao exercício de ser mãe: “ao mesmo tempo que eu achava aquela coisa assim, mais divina, né, uma bênção eu ter conseguido realizar, eu morria de medo, de não saber cuidar e encaminhá-la.”

Ao expor sua incompreensão e dúvida diante do que alimentava como “seu sonho”, Teresa nos revela ambiguidades extremas que podem ser sentidas diante da maternidade.

Então o que hoje eu posso dizer que é... difícil... é equilibrar essa su/ essas duas coisas é, de ter que trabalhar, ser profissional, e ser boa mãe, né e tá com ela, eu viajo, eu preciso ficar fora, mas tenho que tá presente nos momentos mais importantes, né, então eu faço uma ginástica na minha agenda pra: passar no máximo um dia fora de casa só, ou uma noite, pra que ela não sinta é... ou sinta menos, né. (Teresa)

é diferente quando cê idealiza como é realizado, né, a gente acha que a gente vai pegar o bebê no colo, aí que lindo, a gente vai se apaixonar, comigo pelo menos não foi assim, eu aprendi a/ a vivenciar esse/ esse sentimento; (Teresa)

Além do equilíbrio, novamente mencionado por Teresa para abordar dessa vez o conflito mãe-profissional, a entrevistada também remete a uma questão extremamente relevante: a maternidade, ou melhor, os sentimentos vinculados a esta experiência constituem um processo amplo e contínuo de aprendizagem. Fundamentalmente, podemos inferir do depoimento de Teresa que aprende-se a ser mãe. Aprende-se através do outro e do cuidado de si que pressupõe essa alteridade, através do ascetismo pensado por Foucault (1984/2008). Aprende-se pela atitude de modernidade que implica “tomar a si mesmo como objeto de uma elaboração complexa e dura [...], conforme formulou o filósofo em seu diálogo com Baudelaire (FOUCAULT, 1984/2008, p. 344).

Ao reconhecer-se como aprendiz no exercício da maternidade, Teresa ilustra uma nova concepção de subjetividade aventada por Rose (2001) “como socialmente construída; como dialógica; [...] como espacializada, descentrada, múltipla, nômade; como o resultado de práticas episódicas de auto-exposição, em locais e épocas particulares.” (ROSE, 2001, p. 137). Longe de ser, portanto, uma mãe pronta, fixa, universal e individualizada, Teresa aprende a ser mãe de forma plural e diversificada, a partir das suas várias conexões e agenciamentos.” (ROSE, 2001)

“A melhor coisa do mundo” foi a expressão utilizada por Nina para descrever sua experiência enquanto mãe, tendo como contraponto “uma das coisas mais difíceis que existem.” É possível perceber que a primeira colocação foi dita no singular, fortalecendo e unificando o aspecto positivo da maternidade; ao passo que

a segunda, no plural, põe a maternidade não como “a coisa mais difícil que existe”, mas “uma das”, diluindo de certa forma o impacto do aspecto negativo:

[...] pra mim é a melhor coisa do mundo, assim, eu não consigo me imaginar sem ter filho hoje em dia, assim... eu sempre quis ser mãe e:... agora que:: que eu sou, eu não consigo imaginar a vida se eu não tivesse, assim, pra mim não é completa. Eu acho que é uma maneira que a gente se completa e: deixa uma coisa boa no mundo... eu acho que/ sempre é uma renovação assim, cê tá pensando que você pode dar oportunidade de ter mais pessoas que possam pensar diferente, de construir... eu acho que é mágica ((riso)) [...] na minha infância eu brinquei muito de boneca, assim, era minha brincadeira preferida, então tinha aquela coisa de... mãe, do carinho e tal, mas não tinha realmente a/ não tinha noção do que que era ser mãe... eu acho que a gente nunca tem, né? Assim quando eu fiquei grávida eu fiquei muito feliz, mas não parei para pensar direito o que que ia ser isso, o que que eu ia sentir eu acho que a explosão do sentimento, assim, vem na hora que nasce, né. Cê fala “Nó, ((riso)) que que isso?” Cai a ficha. Acho a melhor coisa do mundo. E assim, é muita coisa boa, mas também tem o lado que assim é MUlto difícil, eu acho que é uma das coisas mais difíceis que existem:: na vida [...]. (Nina)

Nina faz várias analogias no sentido de traduzir o que significa para ela a experiência de ser mãe, ressaltando aspectos positivos da maternidade: “completude, renovação, magia, explosão de sentimento”. A maternidade é colocada como um evento transformador em si mesmo, algo inimaginável de não ser vivido. “A melhor coisa do mundo”, todavia, tem seu contraponto na dificuldade : “[...] mas também tem o lado que assim é MUlto difícil, eu acho que é uma das coisas mais difíceis que existem:: na vida.”

Faz-se importante notar que a pluralidade metafórica que descreve a vertente positiva da maternidade não acompanha o mesmo tipo de descrição para a abordagem da dificuldade. Esta surge de maneira inespecífica, sem o uso de analogias, mas abre espaço para retomarmos Rose (2001) e as diversas categorias de *eu* que parecem capturar Nina de forma fragmentada:

eu não consegui me dividir muito assim, no tempo que eu tentei fazer isso, de dividir a maternidade com todos os outros papéis eu ainda fiquei muito confusa, agora que eu tô conseguindo...a/... tive que parar para pensar o que era a Nina em cada momento, assim, porque a gente se mistura demais, né, assim, e eu acho que a gente fica muito inteira no/ no papel de ser mãe pra mim tá em primeiro lugar.

Se por um lado Nina demonstra certa empolgação e encantamento ao se referir aos aspectos positivos da maternidade, por outro expressa-se com ponderação ao falar do que é difícil. A frase “tive que parar para pensar o que era a Nina em cada momento” remete ao cuidado de si teorizado por Foucault (1984/ 2003 a,b; 1984/2004; 1981-1982, 2006), além de referendar as várias faces da mãe contemporânea que servem de título ao presente estudo. Rose (2001) também se faz mais uma vez presente no relato dessa mãe, quando ela diz o quanto “se mistura” nos seus vários “momentos Nina”. São vários os agenciamentos, conexões e maquinações que tornam plural a experiência materna em “seus múltiplos conflitos, divergências, interconexões e alianças”. (ROSE, 2011, p. 159).

No olhar de Vanessa diante do filho que ainda não nasceu, sentimentos de medo, pavor e insegurança contrastam com a segurança, firmeza e autoconfiança.

A gente tem dúvidas, a gente tem medos, eu não sei se eu sei trocar uma fralda, eu não sei se... eu tenho pavor do engasgar. Então eu:: eu tenho pavor do/ do/ de você perder/ do bebê perder a respiração e eu não saber o que fazer... dormindo ou alimentando, a gente ouve muitas histórias e ao mesmo tempo eu tenho muita segurança eu falo que/que é muito louco isso porque: eu preciso da minha mãe perto pra poder me mostrar o que fazer, mas ao mesmo tempo eu tenho certeza que na hora que ele nascer eu vou querer pegar e eu vou achar que eu sei cuidar dele melhor que minha mãe ou minha sogra, então eu tenho esse sentimento que eu vou querer ela do meu lado ali, mas eu acho que eu vou querer pegar, que eu vou querer fazer, sabe? (Vanessa).

Presente e passado também se encontram, muitas vezes de forma ambivalente e conflituosa na experiência da maternidade. O tecnicismo contemporâneo, com todos os seus apelos e inovações, gera uma nova forma de pensar e construir a subjetividade, sem no entanto se desprender da força da tradição. Para Foucault (1971/2012) a modernidade está sempre a olhar para trás, reconhecendo a força de acontecimentos que, embora “adormecidos” no passado, permanecem atuando no presente. Na busca de autonomia para cuidar do bebê, Vanessa busca sua mãe. A tradição surge aqui como referência, segurança, poder para a filha seguir em frente com todos os convites que a modernidade faz. Foucault (1971/2012), no entanto, percebe o passado com cautela, receoso pela forma fragmentada como ele pode vir a afetar o presente. Já Badinter (2011) aposta na volta de uma tradição naturalista e instintiva a se contrapor ao tecnicismo contemporâneo, principalmente com as fortes pressões do aleitamento materno.

Apesar de Vanessa ter a mãe e a sogra como referência, ela quer viver o seu próprio fazer, superando as avós no exercício da maternidade. Como na fala de Nina em um outro momento, o *eu* tão destrinchado por Rose (2001) em um viés individualizante e unificado parecem também apontar por aqui. Na visão de Balestrero e Polity (2008), porém, muitas mães ficarão sem a referência da tradição no sentido presencial, tendo que se contentar com a experiência e os ensinamentos que vêm dos tecnicismos contemporâneos; que, diga-se de passagem, apontam caminhos mas deixam a desejar em relação à como caminhar por eles.

Ao final da entrevista, a gestante apresenta uma fala mais segura, se contrapondo com o que disse anteriormente acerca dos seus medos e dificuldades:

É, eu não tenho/ igual eu te falei eu não tenho medo, eu não tenho a menor dificuldade, eu acredito que eu vou querer dar o primeiro banho...  
(Vanessa)

Para Carla, os antagonismos fazem parte de um contexto marcado pelos imprevistos também, o que a convoca a buscar serenidade para lidar com tudo o que não sai conforme o planejado. Segundo essa mãe de quatro filhos, o aprendizado é constante, e exige muito de sua parte.

Então os sentimentos, eles fluíam ora eu tava com sentimentos totalmente em alta, bem, e outras horas eu caía em contradição de/ de chorar. Ser mãe de quatro filhos é/ é estar, é conviver e aprender o tempo todo porque em muitos momentos você se coloca como é::, uma pessoa que tem um saber a princípio, um saber de mãe, um saber é, que vem pela experiência de vida e que na verdade às vezes não se aplica nada disso que muitos momentos você tem que recriar alguns/ algumas situações que a princípio não tava naquele script, cê fala não é simplesmente eu vou fazer isso e vai acontecer aquilo, então eu acho que ser mãe de quatro garotos exige um esforço TREMENDO, uma habilidade tremenda e sobretudo uma serenidade absurda... absurda... por-que NÃO É FÁCIL, os desafios: são enormes, o tempo todo você é chamada, o tempo todo você tem que lidar com situações velhas e situações novas que te exigem é... te exigem dentro da tua experiência ou não da tua experiência, mas que te consomem de alguma maneira porque você tem que pensar todo/ o tempo todo. Eu me preocupo muito com isso de formá-los, de cuidar do processo de formação e de educá-los de um forma BOA e isso me desgasta. Então ser mãe nesse contexto é/ é um pouco desgastante nisso porque eu tento ser uma mãe presente e ser uma mãe presente você tá sendo o tempo todo convocada a fazer/ ter atitudes, ter ações que às vezes::, é... elas te colocam a prova... te colocam a prova, então assim, eu acho que ser mãe é conviver e aprender o tempo TODO. (Carla)

Em meio aos conflitos abordados, Carla fala de “um saber de mãe.que vem pela experiência de vida”, contemplando o que Foucault (1984/2004) traduz por um

éthos, uma atitude que abarca uma maneira livre e pertinente de ser e agir consigo e com o outro, em uma ontologia histórica de si mesma.

Apreendendo a dimensão ascética de um constante elaborar-se a si mesma, como propôs Foucault (1984/2008), Carla exercita seu modo contemporâneo de ser mãe, conjugando saber, poder e ética em uma consistente atitude de modernidade. Ao compartilhar seu esforço contínuo em se fazer presente para os filhos, não obstante todo o desgaste gerado por esta função, a entrevistada nos remete à Rose (2001) e à exigência das ontologias psi em demarcar padrões de *eus* a serem firmemente seguidos.

#### **4.2.6 Transformações**

O aspecto transformador da maternidade surge no presente estudo como algo inevitável, constituindo a experiência um divisor de águas na vida dessas mulheres. Todas as entrevistas pontuaram mudanças vividas com a maternidade. Patrícia ilustra bem isso através do seu relato, para reforçar sua escolha de não ter filhos:

A maioria das mulheres que já tiveram filhos falam que você não é mais a mesma coisa depois que você engravida, né? Aí elas falam: “Nossa, mas você tem que ter filhos porque isso vai mudar você.” Mas eu falo assim “Nossa eu tô tão satisfeita comigo do jeito que eu tô... ((risos)) Será que eu quero mudar?” (Patrícia).

Aqui a face da normatividade parece se interpor à face das transformações pelo registro do “ter que ter filhos”, podendo-se observar também uma interessante relação de causalidade entre a prescrição e a mudança: “você tem que ter filhos porque isso vai mudar você.” Nesse trecho a transformação surge como argumento motivador para se ter filhos, e não como consequência da maternidade. Ao argumento segue-se o estranhamento de Patrícia, ao constatar a não-necessidade de mudar. De uma forma ou de outra – pelo olhar das mulheres que já tiveram filhos ou das mulheres como Patrícia, que escolheram não tê-los, fica a pergunta: é possível não mudar? Somos e seremos sempre os mesmos, sujeitos universais e estáticos ou, ao contrário do que postula Foucault (1969/2008; 1984/2003a) e Rose (2001), faz parte da subjetividade nos transformarmos sempre?

Outro aspecto que nos leva a refletir a partir do relato de Patrícia, com base no que dizem as mulheres-mães, é que há uma promissora previsão de que as

transformações são sempre para melhor ou, reforçando o aspecto normativo, que “toda mulher precisa experimentar essa transformação”. Detendo-nos sobre as várias faces de uma mulher – não só as faces maternas, como pressupõe esse estudo – é importante considerar a vasta possibilidade de transformações que não se restringem à experiência da maternidade. Muitos são os eventos da vida de uma mulher que podem ser experimentadas como um divisor de águas (um emprego, um título acadêmico, a carreira profissional). Essa conotação de que a maternidade é a única possibilidade de transformação a ser experimentada pode ser interpretada como um importante agenciamento discursivo (Rose, 2001) que modula os modos de ser mãe na contemporaneidade.

Vanessa ressalta o impacto das mudanças corporais, nitidamente visíveis e sinalizadoras da maternidade, adotando diante delas uma postura positiva de aceitação.

... muitas mudanças, a gente começa a mudança pela parte física, né, eu falo que... as mulheres olham e falam “nossa eu tô gorda, eu tô horrorosa, minha barriga...”, eu tô me achando o máximo ((risos)) não, não, eu não acho, não é bonito você se vê é... se/ sem roupa a gente tem consciência não é uma coisa bonita... mas é a fase que/ por eu querer tanto aquilo/ eu quero que minha barriga apareça, eu quero/ quero que ela seja grande pra poder curtir aquilo, eu quero colocar roupas que/que apareçam, sabe, então eu acho também que vai do momento que você tá vivendo. (Vanessa)

A barriga da grávida traduz, mais do que uma transformação, um marcador que evidencia a legitimidade de ser mãe. Juntando-se aos vários outros registros performáticos citados por Spink (2010) no seu estudo, a barriga ultrapassa o sentido do prazer (sentimento que não é compartilhado por todas, porém) e da lembrança (principalmente quando é registrada e rememorada nos *books* de fotos) para atuar como prova cabal de que se é mãe. A dependência desse registro como forma de legitimação materna coloca em questão, contudo, outros modos de exercer a maternidade que prescindem da barriga para acontecer, como é o caso das adoções ou filhos criados por avós ou babás. Um outro contraponto pode ser pensado através da barriga que cresce apenas como meio de possibilitar o desenvolvimento

de um bebê que não pertence à gestante que o nutre, como ocorre com as barrigas de aluguel.

A fala de Vanessa nos convida ainda a refletir sobre o contemporâneo dilema do culto ao corpo, traduzido pelo poder das magras e seus corpos sarados em um segmento universal de *eu*, conforme criticado por Rose (2001). Apesar de “ir contra” a toda uma estética da modernidade, a barriga da mãe parece compor um capítulo à parte, feito de valorização e enaltecimento pelo que ela legitima.

Juliana e Teresa, por outro lado, expressam com veemência o sentido de transformação emocional que a maternidade acarretou na vida de cada uma, tornando-as pessoas melhores depois dos filhos.

... a palavra principal de mudança na minha vida é o amadurecimento porque: a gente: eu é egocêntrico antes de ter filho. Então eu acho que o tempo vai andar de acordo com que eu quiser e eu vou chegar nos lugares a hora que EU quiser e eu vou resolver tudo a hora que eu quiser. E aí de repente cê percebe que não assim mais, né. Então se/ o meu primeiro impacto foi perceber que é:... as coisas não estavam mais... no: meu controle absoluto. Então marcava um horário, mas na hora que tava saindo de casa o neném é: golfava em mim, eu tinha que voltar e trocar de roupa, nas pequenas coisas e: paciência, minha paciência, assim, melhorou demais, a minha forma de ver o mundo (...) com mais sensibilidade... é:, entendendo melhor as mulheres, entendendo melhor as crianças porque quando a gente não tem filho também é mais fácil você vê uma criança dando birra então falar “Ah que absurdo” e depois cê consegue entender até quando você consegue/ cê convive mais com os pais e acha que os pais realmente estão falhando em algum ponto, você consegue ver a criança de uma outra forma, cê não sente é:.. (...) com mais é:... *que palavra eu quero usar...* (...) é... compaixão pelas pessoas, né? (...) A vida melhorou sem dúvida nenhuma, que esse amadurecimento acaba que traz pra gente é: pra mim trouxe é: uma forma de ser mais feliz porque: quando a gente é muito ferro e fogo e acha que a coisa tem que andar tudo da sua forma e é muito rígida, é: a vida é mais difícil... e quando a gente consegue tratar a vida de uma forma mais leve, ter mais sensibilidade as coisas são mais tranquilas. (Juliana)

Comigo aconteceu uma coisa muito interessante... eu fui percebendo que pra gerar: esse amor incondicional, pra aprender a ter esse amor incondicional, experimentar isso eu precisava melhorar como pessoa e aí: fui/ fu/ comecei uma viagem maior de auto conhecimento pra identificar aquelas minhas imperfeições que pudessem: de alguma forma:, é: dificultar o relacionamento com a minha filha, ou até dificultar a minha: é... avaliação, minha/ minha performance como mãe né, então esse é um trabalho que eu tenho feito diariamente comigo, né, como o trabalho tem que ser muito ativo e muito ágil em casa eu procuro ser mais serena, mais calma... e é uma dificuldade pra mim, é difícil ter que equilibrar essas coisas, né, mas eu tenho tentado trabalhar as minhas imperfeições pra ser um bom exemplo pra minha filha como pessoa, desejo que ela se inspire em mim por eu ser

uma pessoa de bem/ uma pessoa DO bem. (...) A gente fica menos egoísta, pra mim aconteceu assim, eu acho que eu sou menos egoísta, sou menos orgulhosa, é... e assim, tenho muito mais facilidade e::, não tenho dificuldade assim, em renunciar alguma coisa que seja pro bem estar dela... (Teresa)

No caso de Juliana, as transformações emocionais não podem ser vistas de forma isolada, mas decorridas dos eventos por ela relatados. O exercício da maternidade surge para esta mãe permeado de estímulos concretos que a fazem verter o olhar para o outro – seja através da golfada ou da birra, de elementos e cenas que fogem ao controle, modificando-se no cuidado de si proposto por Foucault (1984/2004; 1984/2003a; 1981-1982/2006). Daí ela se reconhecer uma pessoa mais madura, paciente, flexível e compreensiva com a experiência da maternidade.

Gerar, aprender, experimentar. Através dessa significativa sequência de verbos, Vanessa conjuga esforço e empenho ao exercer sua maternidade, transformando-se no sentido de ser uma pessoa melhor: “[...] pra gerar: esse amor incondicional, pra aprender a ter esse amor incondicional, experimentar isso eu precisava melhorar como pessoa [...].” Em outras palavras, a vivência da maternidade, no relato de Teresa, se expressa como uma estética da existência; um caminho foucaultiano (1984/2003a) de se perceber no mundo através do exercício reflexivo de práticas transformadoras em que o fim último consiste em ser alguém melhor.

### **4.3 Faces que se encontram**

A discussão dos resultados delineados neste capítulo reafirmam a diversidade do olhar feminino diante da maternidade contemporânea. Em nenhum momento tratou-se de identificar tipologias fixas da maternidade, mas de desvendar os modos plurais, fluidos e singulares que compõem o exercício de ser mãe na atualidade.

Como num grande mosaico em movimento, as faces da mãe contemporânea se deslocam, se interpenetram, se sobrepõem e se encontram, desencontrando-se novamente. Invocando Rose (2001), perfazem agenciamentos e conexões que formam e transformam a subjetividade materna diante de uma atualidade que também encontra o seu passado, como apreendido por Foucault (1971/2012).

A face expressa pela *Normatividade* abarca preceitos, leis, verdades que indicam a direção a ser seguida pela mãe contemporânea. É dessa face que “desagua” a face da *Dedicação*, priorizando os filhos através dos cuidados, afeto, atenção, planos, proximidade, presença. Ao lado da *Dedicação* faz-se notar os contornos difusos da *Culpa*, face elaborada e reelaborada como algo fortemente conectado à experiência materna. Como reflexo das outras duas faces sobressai o *Esgotamento*, acenando uma realidade diferente das mães heroicas e santificadas dos anúncios do Dia das Mães. Misturando-se a essas faces, desvelam-se *Conflitos* e *Ambivalência* permeados de significação na ontologia histórica dessas mães plurais, referendando Foucault (1984/2004) e o tempo presente. Parecendo aglutinar todas essas faces em desenhos e redesenhos da subjetividade materna, emerge a face das *Transformações* deslocando novamente cada face em um processo dinâmico de invenção e reinvenção desses *eus* maternos.

Cada face desvela significados e formas variadas de se expressar no mundo. Através de um exercício transformador de si que compõe toda uma estética da existência (FOUCAULT, 1984/2003a), as várias faces dessas mulheres contemporâneas se encontram em um movimento dinâmico de apreensão da maternidade em seus múltiplos processos de subjetivação.

*Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta,  
pobre ou terrível, que lhe deres:  
Trouxeste a chave?  
(ANDRADE, 2013).*

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa se propôs a investigar as singularidades e os modos de existir da maternidade contemporânea, delineando seus processos de subjetivação diante das prescrições, expectativas, transformações e discursos que a acompanham.

A partir de uma perspectiva ontológica do presente, foi possível delinear as várias faces da mãe contemporânea em sua pluralidade afetiva, a partir de eixos temáticos organizados em *Culpa, Dedicção, Normatividade, Esgotamento, Transformações, Conflitos e Ambivalências*. Estes temas foram gerados tendo-se como ponto de partida a pergunta “O que é ser mãe para você?”, fio condutor que acabou por produzir e ampliar outras questões acerca dos modos de ser mãe na contemporaneidade.

Ao contrário de um padrão único e homogêneo de maternidade, emergiram várias faces interpostas, permeáveis, passíveis de transformação em um movimento dinâmico e contínuo de ser-mãe. Através da fala de cada uma das seis mulheres entrevistadas pôde-se perceber a maternidade sendo pensada, elaborada e vivida em termos de toda uma estética da existência.

Em função da limitação de tempo, a pesquisadora deparou-se com a impossibilidade de levar adiante seu planejamento inicial de realizar uma segunda etapa de entrevistas individuais e a conseguinte realização de um grupo focal com todas as entrevistadas, visando ao aprofundamento das questões colocadas. Vislumbrando-se uma continuidade do estudo em novas pesquisas, este percurso metodológico poderá ser contemplado.

A pesquisa chega ao fim trazendo novas possibilidades de começo. Cada face detectada – *Culpa, Dedicção, Normatividade, Esgotamento, Transformações, Conflitos e Ambivalências* – abarca uma complexidade que poderá ser explorada separadamente em futuras pesquisas relacionadas à maternidade contemporânea. Além disso, outros perfis de mães que não foram diretamente explorados pela pesquisa, como as mães adotivas, em processo de reprodução assistida e em arranjos homoafetivos apresentam-se como importantes campos a serem investigados.

Acredita-se que a pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento de práticas clínicas e sociais voltadas para a maternidade contemporânea,

considerando-se sua diversidade. Os dados produzidos poderão ser úteis para embasar a criação de novos formatos de grupos para mães, gestantes, casais grávidos através de clínicas terapêuticas, instituições privadas, maternidades e planos de saúde. Essa é uma demanda constatada pela pesquisadora através da troca de informações e experiências com colegas da área de saúde – psiquiatras, ginecologistas, pediatras, mastologistas, endocrinologistas, nutricionistas – que confirmam a necessidade de um espaço voltado para abordar as pluralidades afetivas do ser-mãe na contemporaneidade.

Espera-se, assim, que a presente pesquisa possa servir como referência para outras linhas de práxis e estudo que abarquem a mulher e a maternidade contemporânea, tendo-se em vista as suas múltiplas possibilidades de subjetivação.

## REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. O que é “Ontologia do Presente? **Nuntius Antiquus**, v. 06, p. 129-152, 2010.

ADVERSE, Helton. Para uma Crítica da Razão Política: Foucault e a Governamentalidade. **Estudos Filosóficos**, v. 04, p. 1-25, 2010.

ALENCAR, José de. **Senhora**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Brasília: MC, 2013. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000011.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2013.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Trecho do poema Procura de Poesia**. Disponível em: <http://www.casadobruzo.com.br/poesia/c/procura.htm>. Acesso em: 24 jan. 2013.

AUSTEN, Jane (1818). **Persuasão**. Apresentação Ricardo Lísias. Tradução Fernanda Abreu. Notas Fernanda Abreu e Juliana Romeiro. Ed. definitiva comentada. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito. A mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALESTRERO, Andréia; POLITY, Elizabeth. In: MEIRELLES, Valéria (org.). **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Roca, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/108545-1459.html>. Acesso em 14 de mar. de 2012.

COELHO, Sônia Vieira. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais**. Vol. I. Fundamentos Teóricos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006a. Parte III, p. 152-164.

COELHO, Sônia Vieira. Representações de gênero nas relações familiares. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais. Vol. I. Fundamentos Teóricos**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006b. Parte III, p. 165-180.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. P. 133-138.

FELDMAN, Renata. Nasce uma mãe. In: FELDMAN, Renata. **Amor em pedaços**. Belo Horizonte: Asa de Papel, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. P. 141-188.

FOUCAULT, Michel (1969). **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neto. 7. Ed. / 3 reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel (1984). A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e Escritos, vol. V). p. 264-287.

FOUCAULT, Michel (1981-1982). **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel (1984). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Coleção Ditos e escritos II)

FOUCAULT, Michel. (1971). Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Disponível em: [pt.scribd.com/.../d/2465730-Foucault-Michel-Microfísica-do-Poder](http://pt.scribd.com/.../d/2465730-Foucault-Michel-Microfísica-do-Poder). Acesso em: 14 mar. 2012.

FOUCAULT, Michel (1984). **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003a.

FOUCAULT, Michel (1984). **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e**

**da hermenêutica.** Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GUERRA, Cris. **Mães.** Hoje vou assim. O 1º blog de looks diários do Brasil. 19 outubro 2010. Disponível em: <http://www.hojevouassim.com.br/2010/10/19/na-ragga-deste-mes-4>. Acesso em: 28 mar. 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KIND, Luciana. Elementos para a análise temática em pesquisa qualitativa. In: COLÓQUIO INTERINSTITUCIONAL DE LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA, 1, 2007, Belo Horizonte. PUC Minas São Gabriel. p. 1-8.

LIMA, Angelina de Belli Borges do Carmo. **“De Maria a Mary – “Mulheres em transição” na experiência contemporânea da maternidade.** 2005. 234f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.

LISPECTOR, Clarice. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/NDI2NTcx/>. Acesso em: 18 fev. 2013.

MEDEIROS, Martha. **Divã.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MELLO, Ivana S. Paiva Bezerra de. **Amor materno: mito ou realidade?** Disponível em: [http://www.escolafreudianajp.org/arquivos/trabalhos/Amor\\_materno\\_mito\\_ou\\_realidade.pdf](http://www.escolafreudianajp.org/arquivos/trabalhos/Amor_materno_mito_ou_realidade.pdf) [Acesso em: 05 jan. 2011.]

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 17, n. 2, Ago. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200015>.

ORTEGA, Francisco. A questão da intersubjetividade em Michel Foucault. **Philósofos – Revista de Filosofia,** Goiânia, 1 jul. 2010. Disponível em:

[HTTP://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/10670](http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/10670). Acesso em: 10 abr. 2012.

PERROT, Michelle. A maternidade. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela. M. S. Corrêa. 1. Ed, 1. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

REVEL, Judith, 1966 – Dicionário Foucault/Judith Revel. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Revisão técnica Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ROSA, João Guimarães. **Trecho de Grande Sertão: Veredas**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/NTM0MTQ4/>. Acesso em: 24 jan. 2013.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In.: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-204.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. *Cad. Pagu* [online]. 2001, n.16, pp. 137-150. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 08 ago. 2012.

SOUZA, Aida Kuri. **A personagem feminina na literatura brasileira**. 2005. 74f. Monografia (Obtenção do título de especialista) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC , Criciúma. Disponível em: <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000027/000027C9.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2013.

SOUZA, Ezequiel de. Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], n. 108, maio 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8865/5621>. Acesso em: 01 fev. 2013.

SPINK, Mary Jane P. Álbuns de bebê: reflexões sobre tecnologias que performam personalidades. In: SOUZA, Solange Jobim; MORAES, Marcia (Org.). **Tecnologias e Modos de Ser no Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: 7 Letras, 2010. p. 25-52.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 189-222.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: **MODOS DE SER MÃE NA CONTEMPORANEIDADE**

Prezada Senhora:,

Você está sendo convidada a participar da presente pesquisa, sob responsabilidade da pesquisadora Renata Feldman Scheinkman Lemos, que está sendo desenvolvida como trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O objetivo deste estudo é produzir conhecimentos sobre a experiência de ser mãe na contemporaneidade.

#### **1 Procedimentos do estudo**

Você será solicitada a conceder entrevistas com foco em sua experiência e/ou percepção da maternidade. Os encontros acontecerão em local e horário previamente agendados, em conveniência com a sua disponibilidade, em três momentos distintos: os dois primeiros de cunho individual, e o terceiro em grupo, com outras mulheres que possam compartilhar suas percepções / vivências em relação ao tema proposto. As entrevistas serão gravadas, transcritas e posteriormente analisadas.

#### **2 Riscos e desconfortos**

Não há riscos diretos previstos no desenvolvimento desta pesquisa que se utiliza de instrumentos de coleta de dados consolidados nas ciências humanas. Não existem registros de riscos por sua utilização na bibliografia do campo. Entretanto, se em qualquer momento se sentir desconfortável, você poderá se retirar do estudo, bastando informar a pesquisadora desse interesse.

#### **3 Benefícios**

A pesquisa não oferecerá benefícios diretos para você, mas beneficiará outros pesquisadores e profissionais de saúde, pois contribuirá para a produção de conhecimento sobre a maternidade contemporânea.



## Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

### **4 Custos / reembolso**

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo (a não ser com as custas ligadas ao deslocamento para as entrevistas, se for o caso) e também não receberá pagamento pelo mesmo. Os encontros acontecerão em local e horário previamente agendados, em conveniência com a sua disponibilidade.

### **5 Caráter confidencial dos registros**

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados com nomes fictícios e sem a menção a detalhes que poderiam identificá-la. Portanto, você não será identificada quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. De maneira a assegurar sua privacidade, as informações obtidas através de entrevistas que contêm dados que possam identificá-la, serão devidamente arquivadas pela pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos em conformidade com a Resolução CNS196/6, sendo destruídos passado esse período.

### **5 Participação**

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar a pesquisadora.

Este estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (CEP PUC Minas), sob o número CAAE – 0301.0.213.000-11. O CEP PUC Minas se localiza na Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 43 sala 107, CEP 30.535-610 – Belo Horizonte – Minas Gerais e é coordenado pela Profª Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatada em caso de questões éticas, pelo telefone (31) 3319-4517 ou e-mail [cep.proppg@pucminas.br](mailto:cep.proppg@pucminas.br)

A pesquisadora responsável pela pesquisa poderá fornecer qualquer esclarecimento que julgar necessário, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Renata Feldman Scheinkman Lemos  
Endereço: Rua do Ouro, 104 – sl. 804  
Serra – Belo Horizonte-MG  
Telefone: (31) 3221-6233 / 9129-7415  
[rfeldman@itevip.com.br](mailto:rfeldman@itevip.com.br)



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Li, ou alguém leu para mim, as informações contidas neste documento antes de assiná-lo. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição desta pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Compreendo que sou livre para me retirar em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

---

Nome do participante

---

Data

---

Assinatura do participante ou representante legal

---

Data

---

Renata Feldman Scheinkman Lemos

---

Data

Obrigada por sua colaboração e confiança depositada.

## APÊNDICE B – GUIA PARA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Imaginando-se possibilidades de análise que enfatizem a entonação das falas, seus prolongamentos e pequenas rupturas, as transcrições foram realizadas mantendo-se alguns elementos de registro oral. O guia aqui anexado, traz adaptações à tabela disponibilizada em Kock (1997)<sup>7</sup>, no momento em que apresentam os recursos da análise de conversação.

### TRANSCRIÇÃO PARA AC E OUTRAS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos em gravações digitais	((anotar ponto exato da gravação onde se inicia o trecho de difícil compreensão))	do nível de renda... ((21:08)) nível de renda nominal...
Incompreensão de palavras ou segmentos.	( )	do nível de renda... ( ) nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu.	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Entoação enfática.	Maiúsculas	porque as pessoas reTÊM moeda...
Tom de voz baixo.	Itálicas	até os <i>médicos</i> evitam a palavra...
Nomes de obras ou nomes comuns de estrangeiros.	Sublinhados	<u>Elizabeth Kübler Ross</u> em seu estudo com pacientes terminais...
Alongamento de vogal ou consoante.	:: podendo aumentar para ::: ou mais	Ao emprestarem os... eh:::... dinheiro...
Silabação.	-	Por motivo de tran-sa-ção
Interrogação.	?	E o Banco Central... certo?
Repetição ou corte de palavras sem pausa.	/	... a psico / psico-oncologia...
Indicação de pausas breves ou que represente o final de	...	São três motivos... ou três

<sup>7</sup> KOCK, Ingedore Villaça. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.

uma fala.		razões...
Silêncio ou pausa longa, quando a gravação for digital.	(tempo exato da pausa)	Eu... (7s) não pensava assim antes (...)
Silêncio ou pausa longa.	(...)	Eu... (...) não pensava assim antes (...)
Citações literais, reproduções de discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação.	“aspas”	Pedro Lima escreve... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós”...
	[	
Superposição, simultaneidade de vozes.	Colchete esquerdo ligando as linhas no ponto em que a sobreposição de vozes se inicia.	1. na casa da sua irmã 2. [sexta-feira?
Comentário descritivo do transcritor.	((minúsculas))	((tossiu))

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos ou frases.
2. Fáticos: ah, eh, ahn, ehn, uhn, tá.
3. Números por extenso.
4. Não se indica frase exclamativa.
5. Não se anota o cadenciamento da frase.
6. Os sinais de transcrição podem ser combinados. (Ex.: oh::... alongamento e pausa)
7. Não se utiliza sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, vírgula. As reticências marcam *qualquer tipo de pausa*.